



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL

MARCELO PEREIRA DE ARAÚJO

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA DO ENSINO
SUPERIOR NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA PARAÍBA**

João Pessoa – PB
2021

MARCELO PEREIRA DE ARAÚJO

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA DO ENSINO SUPERIOR NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior

Orientador: Prof. Dr. José Jassuipe da Silva Morais

A658f Araujo, Marcelo Pereira de.

Financiamento da educação : análise orçamentária do ensino superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba / Marcelo Pereira de Araujo. - João Pessoa, 2021.

97f. : il.

Orientação: José Jassuipe da Silva Morais.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Orçamento Público - IFPB. 2. Financiamento dos institutos federais. 3. Institutos federais. I. Morais, José Jassuipe da Silva. II. Título.

UFPB/BC

CDU 336.14

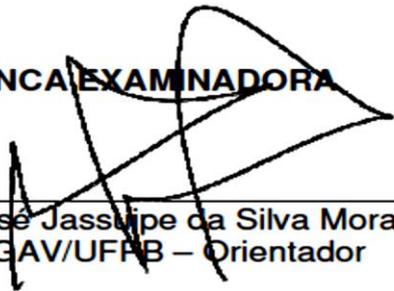
MARCELO PEREIRA DE ARAÚJO

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA DO ENSINO SUPERIOR NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de mestre.

APROVADO EM: 26/02/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Jassipe da Silva Morais
MPPGAV/UFPB – Orientador



Prof. Dr. Mariano Castro Neto
MPPGAV/UFPB – Avaliador Interno



Profa. Drª. Marcia Maria de Medeiros Travassos Saeger
CCAIE/UFPB – Avaliadora Externa

À minha família, principalmente aos meus pais (*in memoriam*), Abel Araújo e Maria de Fatima Pereira de Araújo, pela graça da vida, pelos ensinamentos e pela valorização da educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado discernimento e equilíbrio nas minhas ações e por ter colocado as pessoas certas ao meu lado nos momentos de maiores dificuldades na construção deste trabalho, pois meu coração é pura gratidão por mais essa conquista em minha vida.

Aos meus pais, Abel Alves de Araújo e Maria Fátima Pereira de Araújo (*in memoriam*), pelos seus esforços em priorizar a minha educação e a dos meus irmãos.

Aos meus tios Ramilson Torres e Maria José de Lucena Torres, por todo o apoio dado aos meus pais após a nossa chegada em João Pessoa-PB.

Agradeço especialmente a minha esposa Leda Cristina Marinho Falcão, aos meus filhos João Victor e Vinícius, pelo apoio incondicional e por se adaptarem a minha rotina de estudo, abdicando de suas rotinas sociais, reconhecendo, dessa forma, todo o meu esforço.

Ao Professor José Jassuipe da Silva Moraes, por me conduzir com firmeza e objetividade no universo da pesquisa científica e, principalmente, por compartilhar comigo seu conhecimento em financiamento da educação superior no Brasil. Além de todas as sugestões pertinentes em cada etapa deste trabalho.

À Banca Examinadora, Professora Edineide Jezine Mesquita Araújo, seu substituto, Professor Mariano Castro Neto, e Professora Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger, pela disponibilidade em participar da minha qualificação e, sobretudo, pelas valiosas sugestões para enriquecer o meu trabalho.

Aos servidores Técnico-Administrativos e aos professores do MPPGAV, que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a construção desta pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho, que concordaram com o meu afastamento da coordenação de contabilidade do IFPB, por meio da licença para qualificação, para a conclusão do mestrado.

Aos meus colegas da quinta turma do MPPGAV, com os quais fiz amizade durante a longa jornada do curso, pelo aprendizado sobre as diversas áreas de conhecimento relacionadas à formação de cada um e às funções desempenhadas nas suas respectivas instituições de origem.

Enfim, a todos que contribuíram para que este trabalho fosse finalizado, muito obrigado!

*“Se o conhecimento pode criar problemas,
não é através da ignorância que podemos
solucioná-los”.*

(Isaac Asimov)

RESUMO

A partir da criação dos Institutos Federais, através da Lei n. 11.892/2008, e da evolução das normas inerentes à prestação de contas (*accountability*), os gestores, no cenário da administração pública gerencial, depararam-se com demandas tanto da parte da comunidade acadêmica como dos órgãos de controle a respeito do seu desempenho orçamentário. Nesse sentido, o presente estudo, de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, tem como objetivo levantar o montante investido no ensino superior a nível de graduação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) no período de 2017 a 2019, de modo a identificar a representatividade e a tendência do financiamento nesse nível de ensino na referida instituição. O seu objeto foi o orçamento institucional referente ao mesmo período. Para isso, aplicou-se a técnica do cruzamento de dados com análise de conteúdo documental e a observação direta do autor, que foi desenvolvida com base em documentos oficiais, sobretudo do sistema governamental da Plataforma Nilo Peçanha e dos Relatórios de Gestão e Autoavaliação do período delimitado. De forma específica, foram utilizadas duas abordagens, a primeira com o intuito de levantar dados financeiros e a segunda com a finalidade de levantar dados acadêmicos para atender o objetivo da pesquisa. Os procedimentos metodológicos estão apresentados da seguinte forma: caracterização da pesquisa, fluxo dos procedimentos e instrumentos empregados, universo da pesquisa, coleta e análise de dados. Dessa maneira, com base no referencial teórico e nos resultados, conclui-se que o investimento na graduação vem sendo reduzido, influenciado pelo baixo crescimento dos investimentos totais do IFPB no triênio 2017 a 2019, potencializado pelos contingenciamentos e pelas limitações impostas pelo Emenda constitucional nº 95. Numa visão mais analítica, apesar do cenário desfavorável do investimento no nível de ensino de graduação no IFPB, o tipo de curso que teve maior investimento foi o tecnólogo, com destaque para o curso Construção de Edifícios. Em seguida, foram os cursos de licenciatura, com ênfase para o curso de Letras - Língua portuguesa, muito em função da expansão dos cursos em EaD e pela exigência legal de 20% das vagas ofertadas no IFPB para esses tipos de cursos (licenciatura), contribuindo, sobremaneira, com os investimentos na graduação para o eixo tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social, no qual todos são cursos de licenciatura. A pesquisa ressalta ainda que os investimentos nos cursos matutino e noturno vêm caindo e os demais vêm oscilando entre perdas e ganhos. Além disso, são apresentadas alternativas como contribuição na construção dos relatórios oficiais do IFPB, evidenciando o financiamento institucional como um instrumento de política pública e de controle social.

Palavras-chave: Institutos Federais; Investimentos no Ensino Superior; Financiamento dos Institutos Federais; Orçamento do IFPB.

ABSTRACT

Since the creation of the Federal Institutes, according to the Brazilian Law no. 11.892/2008, and the evolution of the rules inherent to accountability, managers, in the scenario of managerial public administration, faced demands from both the academic community and the control bodies regarding their budgetary performance. Seen in these terms, this qualitative, exploratory, and descriptive study aims to search how much was invested in the undergraduate level at Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (*IFPB*) between 2017 and 2019 so that it could be possible to identify the representativeness and the tendency of the funding for this level of education in this institution. The institutional budget for the same period was the object of study. Besides the author's observation, which was developed based on official documents, mainly from Nilo Peçanha Platform and the Management and Self-Assessment Reports of the period delimited, content analysis of documentary evidence was applied with cross-sectional data method. Specifically, two approaches were used, the first with the purpose of collecting financial data and the second to collect academic data to reach the research's objective. The methodological procedures are presented as follows: characterization of the study, process flow, instruments, universe of research, data collection, and analysis. Thus, based on the theoretical framework and the results, it is concluded that investment in graduation has been reduced, influenced by the low growth of total *IFPB* investments in the 2017-2019 triennium, enhanced by the contingencies and limitations imposed by constitutional amendment nº 95. Despite the unfavorable investment scenario at undergraduate level at *IFPB*, in a more analytical view, the technologist degrees received most of investments, with emphasis on the Building Construction course. Secondly, there were the undergraduate courses, with an emphasis on the Brazilian Portuguese language and literature degree, largely due to the expansion of distance learning courses and the legal requirement of 20% of the vacancies offered at *IFPB* for these types of courses (undergraduate), contributing, especially, with the investments in graduation for the technological axis Educational and Social Development, in which all are undergraduate courses. The research also points out that investments in morning shift and evening shift courses have been falling and the others have been oscillating between losses and gains. Besides, alternatives are presented as a contribution to the construction of the official *IFPB* reports, highlighting institutional financing as an instrument of public policy and social control.

Keywords: Federal Institutes; Investments in Higher Education; Financing of Federal Institutes; *IFPB* budget.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Levantamento bibliográfico pelo Portal de Periódicos da CAPES no Brasil	23
Figura 2: Plataforma Nilo Peçanha.....	24
Figura 3: Portal da Transparência no IFPB	24
Figura 4: Fluxo dos procedimentos da pesquisa	25
Figura 5: Políticas que determinam o ciclo do planejamento governamental	28
Figura 6: Ciclo de Políticas Públicas segundo Secchi (2014)	29
Figura 7: Unidades que compõem a RFEPCT	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Série Histórica da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.....	35
Gráfico 2: Quantidade de cursos de graduação no IFPB em 2019.....	43
Gráfico 3: Número de MEG no IFPB – 2017 a 2019	58
Gráfico 4: Investimentos nos cursos de graduação no IFPB por tipo de curso no período de 2017 a 2019	61
Gráfico 5: Investimento nos cursos de bacharelado no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.	64
Gráfico 6: Financiamento dos cursos de tecnologia no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.	67
Gráfico 7: Investimento nos cursos de licenciatura no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.	70
Gráfico 8: Investimento nos cursos de graduação no IFPB por eixo tecnológico, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.....	72
Gráfico 9: Investimento nos cursos de graduação no IFPB por turno, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.....	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Indicadores Acórdão n.º 2.267/2005 – TCU/Plenária.....	37
Quadro 2: Indicador Gastos Correntes por Aluno (GCA).....	39
Quadro 3: Matrícula Equivalente (fórmula reduzida)	40
Quadro 4: Etapas da evolução do GESPÚBLICA	49
Quadro 5: Disponibilidade dos dados financeiros do IFPB – 2017 a 2019.	53
Quadro 6: Disponibilidade dos dados acadêmicos do IFPB – 2017 a 2019.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de cursos de graduação no IFPB em 2019.....	43
Tabela 2: Cálculo dos GCA no IFPB – 2017 a 2019 atualizado pelo IPCA.....	56
Tabela 3: Número de MEG no IFPB – 2017 a 2019.....	57
Tabela 4: Investimento na graduação no IFPB – 2017 a 2019 atualizado pelo IPCA	59
Tabela 5: Matrículas Equivalentes por Tipo de Curso de Graduação (METCG) no IFPB, no período de 2017 a 2019	59
Tabela 6: Investimento na graduação no IFPB por tipo de curso, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA	60
Tabela 7: Resumo dos investimentos na graduação por tipo de curso no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.....	61
Tabela 8: Investimento na graduação dos cursos de bacharelado no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.....	63
Tabela 9: Resumo dos investimentos na graduação dos cursos de bacharelado no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA	63
Tabela 10: Investimento na graduação dos cursos de tecnologia no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.....	65
Tabela 11: Resumo dos investimentos na graduação dos cursos de tecnologia no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA	66
Tabela 12: Investimento na graduação dos cursos de licenciatura no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.....	68
Tabela 13: Resumo dos investimentos na graduação por curso de licenciatura no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.	69
Tabela 14: Investimento na graduação no IFPB por eixo tecnológico, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.....	71
Tabela 15: Resumo dos investimentos na graduação por eixo tecnológico no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.....	72
Tabela 16: Investimento na graduação no IFPB por turno, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.	73
Tabela 17: Resumo dos investimentos na graduação no IFPB por turno, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.....	74

LISTA DE SIGLAS

AMC	Alunos Matriculados do Curso
CA	Custo Aluno
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CHAC	Carga Horária Anual do Curso
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONIF	Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CCAIE	Custo Corrente por Alunos Equivalentes
EPT	Educação Profissional Tecnológica
FEC	Fator de Esforço do Curso
FECHC	Fator de Equiparação da Carga Horária do Curso
GASTOT	Gastos Correntes Totais
GESPÚBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GEM	Gastos com Ensino Médio
GG	Gastos na Graduação
GCA	Gasto Corrente por Aluno
GND	Grupo de Natureza de Despesa
GPG	Gasto em Pós-Graduação
GT	Gastos Correntes Totais
ICA	Instituto de Ciências Agrárias
IDs	Indicadores de Desempenho
IES	Instituições de Ensino Superior
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice de Preço ao Consumidor Amplo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
ME	Matrículas Equivalentes
MEEM	Matrículas Equivalentes no Ensino Médio
MEC	Ministério da Educação
MEG	Matrículas Equivalentes na Graduação
MEPG	Matrículas Equivalentes na Pós-Graduação
METCG	Matrículas Equivalentes por Tipo de Curso na Graduação
PBQP	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PDRAE	Plano Diretor de Reforma do Estado Brasileiro
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPA	Plano Plurianual
PQSP	Programa de Qualidade no Serviço Público
QPAP	Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública
RA	Relatório de Autoavaliação
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RIFES	Recursos Investidos na Formação do Ensino Superior
RG	Relatório de Gestão
SAC	Serviço de Atendimento ao Cidadão
SETEC	Secretaria de Educação Profissional Tecnológica
SESu	Secretaria da Educação Superior
SFC	Secretaria Federal de Controle Interno
SIAFI	Sistema de Administração Financeira do Governo Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
TG	Tesouro Gerencial
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
URL	<i>Uniform Resource Locator</i> ou Localizador Uniforme de Recursos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVOS.....	19
1.1.1 Objetivo Geral.....	19
1.1.2 Objetivos Específicos	19
1.2 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	20
2 METODOLOGIA	21
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	21
2.2 FLUXO DOS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	22
2.3 UNIVERSO DA PESQUISA	25
2.4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	26
3 REFERENCIAL TEÓRICO	27
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO	27
3.1.1 Conceitos	27
3.1.2 Ciclo de políticas públicas	28
3.1.3 Os Institutos Federais como Política Pública.....	29
3.2 REFORMAS ADMINISTRATIVAS.....	30
3.3 EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS.....	32
3.3.1 Indicadores de desempenho dos IFs.....	35
3.3.2 Custo Aluno (CA) e Gasto Corrente por Aluno (GCA)	37
3.3.3 Método de cálculo de Gastos Correntes por Aluno (GCA)	38
3.4 NÍVES DE FORMAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS.....	40
3.4.1 Formação superior nos Institutos Federais.....	41
3.4.2 Tipos de curso de graduação no IFPB em 2019.....	42
3.5 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	43
3.6 PLANEJAMENTO, GESTÃO PÚBLICA E <i>ACCOUNTABILITY</i>	45
3.6.1 Planejamento Governamental	46
3.6.3 Gestão Pública.....	48
3.6.4 <i>Accountability</i>	50
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	52
4.1. ABORDAGEM SOBRE OS DADOS FINANCEIROS.....	52
4.2. ABORDAGEM SOBRE OS DADOS ACADÊMICOS	54

4.3. METODOLOGIA DO CÁLCULO PARA APURAÇÃO DO INVESTIMENTO NA GRADUAÇÃO NO IFPB.....	55
4.4 CÁLCULOS DOS <i>GCA</i> NO IFPB	56
4.5 NÚMEROS DE MATRÍCULAS EQUIVALENTES NA GRADUAÇÃO (<i>MEG</i>) NO IFPB.....	57
4.6 MONTANTE INVESTIDO NA GRADUAÇÃO NO IFPB	58
4.7 MATRÍCULAS EQUIVALENTES POR TIPO DE CURSO DE GRADUAÇÃO (METCG)	59
4.8 MONTANTE INVESTIDO NA GRADUAÇÃO POR TIPO DE CURSO.....	60
4.9 MONTANTE INVESTIDO NA GRADUAÇÃO POR CURSO E TIPO DE CURSO	62
4.9.1 Investimento nos cursos de bacharelado	62
4.9.2 Investimento nos cursos de tecnologia.....	65
4.9.3 Investimento nos cursos de licenciatura	68
4.10 MONTANTE INVESTIDO NA GRADUAÇÃO POR EIXO TECNOLÓGICO.....	70
4.11 MONTANTE INVESTIDO NA GRADUAÇÃO POR TURNO	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A - Recursos investidos no IFPB nos exercícios financeiros de 2017 a 2019, de acordo com o Acórdão n.º 2.267/2005-TCU/Plenário, Portaria n.º 1.162/MEC de 9 de novembro de 2018 e a Portaria n.º 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018.....	85
APÊNDICE B - Dados acadêmicos do IFPB nos anos letivos de 2017 a 2019, de acordo com o Acórdão 2.267/2005-TCU/Plenário, Portaria n.º 1.162/MEC de 9 de novembro de 2018 e a Portaria n.º 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018. ..	88
APÊNDICE C – Método de cálculo das matrículas-equivalentes do IFPB nos anos letivos de 2017 a 2019, de acordo com o Acórdão n.º 2.267/2005-TCU/Plenário, Portaria n.º 1.162/MEC de 9 de novembro de 2018 e a Portaria n.º 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018.	91

1 INTRODUÇÃO

Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) — doravante denominada de Institutos Federais (IFs) —, instituída pela Lei nº. 11.892/2008 e implantada pelo governo federal através do Ministério de Educação (MEC), os gestores depararam-se com o desafio de gerir os recursos disponíveis, neste caso em estudo, os recursos investidos na formação do ensino superior (RIFES), mais especificamente nos cursos de graduação do IFPB.

O inciso III, do artigo 6º da Lei retromencionada, discorre que a finalidade e característica dos IFs é “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (BRASIL, 2008, p. 02).

As mudanças promovidas por essa lei, no que se refere à verticalização do ensino, impactaram diretamente nas extrações dos relatórios institucionais, trazendo dificuldades ou até mesmo inviabilizando aos gestores apurar, individualmente, os RIFES do IFPB, haja vista que os alunos do ensino médio e do superior usam as mesmas estruturas físicas, laboratoriais, os mesmos recursos humanos e administrativos da instituição desde o início até a conclusão de seus cursos.

Com a transformação evolutiva do Estado, tornou-se fundamental refletir sobre novas formas de controle e de efetivação de políticas públicas. Paralelamente a isso, as novas diretrizes do Estado gerencial impuseram ao gestor público a necessidade de conhecer sobre os recursos disponíveis, as metas pré-estabelecidas e a repercussão que eles provocam na sociedade (CASTRO, 2007).

Segundo Pereira (2018), no início do ano 2000, com o fracasso das políticas neoliberais e a sua substituição por um governo de conciliação de classes, observou-se, no campo da educação, a implementação de um conjunto de medidas que significou a ampliação do financiamento público de projetos de inclusão educacional em todos os níveis e modalidades, tanto no setor privado como no público. Neste último caso, a expansão deu-se com criação de novas vagas nas universidades e de *campi* universitários.

Na perspectiva do modelo administrativo gerencial e à medida que foi evoluindo a expansão dos IFs, os órgãos de controle foram adotando procedimentos para controlar as contas públicas e os seus resultados. Foi nesse sentido que o Tribunal

de Contas da União (TCU) estabeleceu, em uníssono com os Acórdãos n.º 2.267/2005 – TCU/Plenário, n.º 104/2011 – TCU/Plenário e n.º 2.508/2011 – TCU – 1ª Câmara, alguns Indicadores de Desempenho (IDs), com o desígnio de aferir os resultados obtidos das instituições públicas federais para integrarem o Relatório de Gestão (RG) ou prestação de contas (*accountability*) (MEC, 2015).

Desde o ano de 2005, a Secretaria de Educação Profissional Tecnológica (SETEC), por força dos Acórdãos do TCU acima citados, vem utilizando os IDs na construção do RG dos IFs para acompanhar a eficiência e a eficácia das ações dos programas destinados às instituições da rede. Para que isso ocorra, o método de extração e cálculo dos indicadores devem ser padronizados, com o propósito de garantir consistência e homogeneidade entre os IFs, permitindo aos gestores compará-los no decorrer dos anos, principalmente os dados referentes aos IDs acadêmicos e do financiamento institucional (MEC, 2015).

Após a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), por intermédio da Lei n.º. 11.892/08, o pesquisador, a partir da experiência como gestor orçamentário e financeiro da Reitoria, familiarizou-se com os relatórios institucionais e constatou que, mesmo com a normatização imposta pelo TCU para construção do RG através dos IDs descritos no Acórdão n.º 2.267/05, não é possível identificar os RIFES do IFPB, afetando, de uma certa forma, as decisões dos gestores na elaboração da proposta orçamentária institucional.

Em 2015, surgiu o Tesouro Gerencial (TG)¹, sistema com capacidade de produzir relatórios orçamentários extraídos dos documentos contábeis inseridos no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) a partir do exercício financeiro de 2008. Essa ferramenta tornou-se indispensável ao acompanhamento da gestão orçamentária e financeira no âmbito da União, contribuindo ainda na construção do Relatório de Gestão (RG), na prática do *accountability* e na transparência dos atos e fatos praticados pelo gestor.

Entretanto, apesar da normatização imposta pelo TCU e da versatilidade do TG para extrair dados orçamentários com diversos formatos para a construção do RG,

¹ É um sistema de geração de relatórios gerenciais com base em informações do SIAFI Operacional. Para manipulá-lo, é preciso estar cadastrado no SIAFI Operacional. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352552/Apostila++Tesouro+Gerencial.pdf/2eb2ec45-3ef5-424c-8ac1-e676c18edbb6>>. Acesso: em 31 maio 2020.

não é possível, ainda, quantificar separadamente os recursos aplicados nos diversos níveis de ensino do IFPB, inclusive no de formação superior.

Foi partindo dessa conjuntura e da experiência e inquietude do autor acerca da ausência de detalhamento dos RIFES do IFPB que o presente estudo foi delineando-se. A experiência e a inquietude caminharam juntos, pois, quando as demandas orçamentárias do ensino superior passaram a ser de interesse da comunidade acadêmica, surgiu o questionamento de quanto seria necessário para atender às demandas solicitadas naquele momento e para o resto do ano.

Desse modo, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: **Qual a repercussão do montante investido na gestão do ensino superior a nível de graduação do IFPB no período de 2017 a 2019?**

O interesse em investigar repercussão do montante de RIFES a nível de graduação foi despertado ainda na Pós-Graduação Lato Sensu, a partir de trabalhos desenvolvidos durante o curso e relacionados à temática. A atuação como gestor público, à frente da coordenação de orçamento e da diretoria de finanças do IFPB, também contribuiu para a consolidação da proximidade acadêmica e profissional do autor com a questão em estudo.

A essência empírica desta pesquisa se constitui dos RIFES oriundos do objeto de estudo, que é o orçamento do IFPB, cujas informações, embora fragmentadas, são extraídas de sistemas governamentais a que o cidadão comum ou até mesmo pesquisadores não têm acesso. Nesse sentido, o autor deste estudo foi por demais favorecido pela experiência na área orçamentária, participações na elaboração de relatórios institucionais e principalmente pela expertise do orientador – notório pesquisador do campo do financiamento da educação superior no país.

O acompanhamento e a análise do orçamento de uma instituição pública de ensino superior, além de atender as exigências dos órgãos de controle², por meio do RG, possibilita aos gestores conhecerem melhor suas instituições, contribuindo para a tomada de decisões. Soma-se a isso a possibilidade de fortalecimento dos meios

² **Instrução Normativa TCU nº 84-2020** - Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal a partir de 2020.

Instrução Normativa TCU nº 63/2010 - Estabelece regras gerais para a organização e a apresentação da prestação de contas pela administração pública federal do exercício de 2019 e anteriores.

Instrução Normativa TCU nº 72/2013 - Altera dispositivos da Instrução Normativa-TCU nº 63/2010, que estabelece regras gerais para a prestação de contas anual ao Tribunal de Contas da União.

Resolução TCU nº 234/2010 - Estabelece diretrizes para as unidades internas do TCU relacionadas ao tratamento da prestação de contas da administração pública federal.

Resolução TCU nº 244/2011 - Altera dispositivos da Resolução TCU nº 234/2010.

de controle social por parte do cidadão, na medida em que ele identifica quais as necessidades orçamentárias de uma Instituição de Ensino Superior (IES), qual o orçamento destinado e como ele vem sendo executado.

Diante disso, este estudo justifica-se pela necessidade de: a) elaborar um relatório detalhado, destacando os investimentos no ensino superior do IFPB, informação essa não apresentada nos relatórios institucionais; b) auxiliar os gestores com o conhecimento sobre o comportamento dos investimentos na formação do ensino superior para a tomada de decisões; c) promover à comunidade científica uma reflexão acerca do tema; d) produzir novos conhecimentos que possam corroborar com a comunidade acadêmica na construção de outros estudos científicos.

Quanto à seleção do IFPB como universo da pesquisa, deu-se pelo fato de ser uma instituição centenária de muita importância no cenário das políticas públicas de educação no Estado da Paraíba.

No que diz respeito a esse recorte temporal, 2017 a 2019, a escolha desse período se deu pelo volume de dados a serem levantados nos sistemas institucionais e por ser um tema pouco estudado na comunidade científica, na medida em que o ensino superior nos IFs tem, aproximadamente, dez anos de existência.

1.1 OBJETIVOS

Neste tópico, serão evidenciados os objetivos (geral e específicos) que deverão ser extraídos diretamente do problema levantado pela pesquisa, sendo que o primeiro define o que se pretende alcançar; e o segundo, os específicos, definem as etapas que devem ser cumpridas para atingir o objetivo geral (RICHARDSON, 2017).

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a repercussão do montante investido na gestão do ensino superior no IFPB no período de 2017 a 2019.

1.1.2 Objetivos Específicos

1. Identificar, nos relatórios institucionais, dados que possam aferir o montante investido no ensino superior a nível de graduação no período proposto pela pesquisa;

2. Analisar, após os dados levantados, a repercussão dos investimentos na graduação no IFPB no período proposto pela pesquisa;
3. Elaborar quadros e tabelas com o intuito de evidenciar um diagnóstico sobre os valores investidos no nível de ensino superior dos cursos de graduação do IFPB, de modo a fortalecer os mecanismos de controle social no acompanhamento da gestão orçamentária da educação superior no IFPB.

1.2 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, é apresentada a introdução, com contextualização do problema, a descrição dos objetivos gerais e específicos, a justificativa e a organização do trabalho.

Em seguida, no segundo capítulo e seções, são considerados os procedimentos metodológicos, pontuando as características deste estudo, os fluxos dos procedimentos, as ferramentas aplicadas, o universo da pesquisa, a coleta e a análise de dados.

O terceiro capítulo e seções abordam alguns conceitos de políticas públicas e ciclos do planejamento governamental, com ênfase nos estudos dos autores Maximiano e Nohara (2017) e Secchi (2014), inserindo nesse contexto os IFs como instrumento indutor de política pública na área da educação. Serão abordados, ainda, as reformas administrativas, expansão dos IFs, níveis de formação nos IFs, financiamento da educação superior, planejamento, gestão pública e *accountability*.

O capítulo quatro trata da apresentação e análise dos resultados com objetivo de responder aos propósitos desta pesquisa, por meio da exploração dos dados levantados no decorrer deste trabalho.

Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais com as contribuições e sugestões a respeito dos recursos investidos no ensino superior do IFPB.

2 METODOLOGIA

Antes de abordar os procedimentos metodológicos a serem percorridos neste capítulo, é mister abordar os conceitos de pesquisa e de método científico para melhor compreensão do tema.

Gil (2012, p. 27) conceitua pesquisa como “o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico com objetivo de descobrir respostas para os problemas mediante aplicação de procedimentos científicos”. Marconi e Lakatos (1996, p.155), por seu turno, discorrem que se trata de “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Ao retratar o método científico, Gil (2012, p.9) assevera ser esse “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicas adotados para se atingir o conhecimento”. Nesse mesmo sentido e seguindo a origem (grega) da palavra, Richardson (2017) explica que o método consiste no caminho ou maneira que se utiliza para chegar a determinado fim ou objetivo.

A partir desse esclarecimento, as próximas subseções evidenciam os percursos trilhados por esta pesquisa, tais como: as características da pesquisa, os procedimentos e os instrumentos que foram empregados, o universo da pesquisa, a coleta e a análise de dados.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa utilizou-se de uma investigação científica de caráter exploratório, utilizada quando há pouco conhecimento acumulado e sistematizado a respeito de determinado assunto (GIL, 2012), ou seja, por mais que o assunto financiamento da educação superior seja amplamente discutido no universo acadêmico, há pouco material que aborde o financiamento da formação superior nos IFs, de acordo com o levantamento exploratório realizado no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) quanto às publicações dos últimos cinco anos (Figura 1).

Foi realizada uma investigação de caráter descritivo, uma vez que busca expor características de determinada população ou fenômeno. Segundo Gil (2012, p.28), “a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de

determinada população ou fenômenos ou estabelecimento de relações entre variáveis”, que, no contexto desta pesquisa, consistem nos recursos investidos no ensino superior do IFPB.

Quanto à abordagem, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Richardson (2017) explica que a abordagem qualitativa se justifica, principalmente, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social e não emprega instrumentos estatísticos como base do processo de análise de um problema.

No que tange à investigação, este trabalho utilizou como técnica de pesquisa documental as fontes primárias ou de primeira mão, que não receberam tratamento analítico; e secundárias ou de segunda mão, cujos conteúdos já foram analisados. Ambas extraídas por meio físico ou eletrônico.

A compreensão das características corrobora a identificação das questões mais importantes da pesquisa, para, em seguida, processá-las e respondê-las.

2.2 FLUXO DOS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

No que concerne ao fluxo dos procedimentos da pesquisa, Gil (1996) elucida que são etapas ou artifícios racionais e sistemáticos com objetivo de proporcionar respostas aos problemas que são propostos, conforme se expõe a seguir.

Na primeira etapa, foram definidos a delimitação do tema, os objetos e a problemática, através de análise preliminar e exploratória dos materiais institucionais – documentos e sistemas – a respeito do orçamento e outros dados que contribuíram para a construção da pesquisa na área de concentração do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) e na linha de pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

Segundo Richardson (2017) e Bardin (2016), a fase da pré-análise é basicamente a organização inicial propriamente dita, que compreende a escolha do material, a formulação da hipótese e dos objetivos e a elaboração de indicadores para a interpretação dos resultados.

Na segunda etapa, para a construção da fundamentação teórica, o pesquisador valeu-se da ferramenta de busca no portal de periódicos da CAPES (Figura 1), utilizando-se como palavras-chave os termos: “custo aluno”, “formação superior nos

institutos federais”, “financiamento dos institutos federais” e “orçamento dos institutos federais”.

A partir dos resultados encontrados, foram selecionados os trabalhos com maior aderência ao tema da presente pesquisa com a leitura dos resumos para verificação da congruência deles ao trabalho. Após o resultado desse tratamento de dados, foram utilizados como complemento à fundamentação teórica livros de autores renomados, dissertações, teses e documentos.

Figura 1: Levantamento bibliográfico pelo Portal de Periódicos da CAPES no Brasil

Fonte: Portal de Periódicos da Capes³.

Na terceira etapa, foi definida como procedimento técnico a pesquisa documental. A escolha por essa técnica se deu pelo fato de a estrutura empírica da pesquisa estar alicerçada, basicamente, em documentos institucionais, tais como relatórios, sistemas, normas e leis. Segundo Lüdke e André (2018, p.44), a técnica de análise documental pode se constituir de uma abordagem de dados qualitativos, extraídos de qualquer documento que serve como fonte de informação.

Na quarta etapa, para a coleta de dados orçamentários e acadêmicos, foi utilizada a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da RFEPCT monitorada pela SETEC (Figura 2); o Relatório de Gestão (RG), instrumento de prestação de contas aos órgãos de controle interno, externo e à sociedade; e o Relatório de Autoavaliação (RA), que faz

³ Disponível em: <<https://www.periodicos.capes.gov.br/>>

parte integrante do processo amplo de avaliação institucional, de acordo com as determinações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). (Figura 3). Estes dois últimos disponíveis no Portal da Transparência do IFPB.

Figura 2: Plataforma Nilo Peçanha



Fonte: Página da Plataforma Nilo Peçanha⁴.

Figura 3: Portal da Transparência no IFPB



Fonte: Página do IFPB⁵.

Ainda nessa etapa, os dados foram tabulados e passaram por um processo de padronização, a fim de corrigir possíveis inconsistências ocorridas durante a tabulação.

⁴ Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>>. Acesso em 23 nov. 2020.

⁵ Disponível em: <<https://www.ifpb.edu.br/transparencia>>. Acesso em 17 out. 2020.

Na quinta etapa, foi realizada a análise, aplicando-se a técnica de cruzamento de dados, auxiliada pelo editor de planilhas eletrônicas Microsoft Excel, produzido e licenciado pela Microsoft, o que permitiu a construção de tabelas e gráficos a partir dos dados coletados nos documentos e nas plataformas institucionais.

Na sexta e última etapa, são apresentadas as contribuições, as sugestões e o diagnóstico — como produto da pesquisa —, acerca dos valores investidos no ensino superior do IFPB no período de 2017 a 2019, de modo a corroborar com a gestão na elaboração da proposta e na execução do orçamento institucional nesse nível de ensino.

O fluxo dos procedimentos da pesquisa encontra-se esquematizado para melhor visualização na Figura 4 a seguir.

Figura 4: Fluxo dos procedimentos da pesquisa



Fonte: Elaboração Própria.

2.3 UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), instituído pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Essa Lei, entre outras coisas, equiparou os institutos federais às universidades, passando estes a ofertar à sociedade o ensino superior – tecnólogo, bacharelado e licenciatura. É uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC),

detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e tem como sigla IFPB (IFPB, 2017).

Conforme o seu Regimento Geral, possui uma administração descentralizada por meio de gestão delegada e é mantida, fundamentalmente, por recursos do tesouro nacional.

Atualmente, o IFPB atua em 20 cidades do estado, perfazendo um total de vinte e uma unidades, distribuídas em 15 *Campi*, 3 *Campi* avançados, 2 *Campi* avançados em Implantação e 1 Centro de Referência. A instituição conta com 234 cursos, sendo 118 técnicos, 51 de qualificação profissional, 48 de graduação e 17 de pós-graduação.

Considerando as descrições acima mencionadas, a pesquisa desenvolveu-se no âmbito da Reitoria, por não evidenciar, em seus relatórios, o quanto foi investido na formação superior do IFPB.

2.4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi realizada através de análise documental e pela observação direta não estruturada.

O caráter documental desta pesquisa evidencia-se por se valer de documentos de fontes primárias e secundárias, extraídos de documentos oficiais e dos relatórios produzidos pelos sistemas institucionais do IFPB.

Foi realizada a observação direta não estruturada, a fim de o autor poder contribuir, por intermédio da sua vivência na área de orçamento e finanças, trazendo, com mais riqueza de detalhes, os dados ou informações para atender os objetivos e embasar a resolução do problema da pesquisa.

Quanto à análise, foi realizada a técnica do cruzamento de dados com análise de conteúdo documental.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, será apresentada a fundamentação teórica que dará subsídio a esta pesquisa. Optou-se por partir de uma perspectiva mais ampla, explorando uma visão geral sobre os conceitos de políticas públicas, evidenciando a inserção do IFPB nesse cenário.

Em contínuo, serão abordadas as reformas administrativas e a repercussão destas na administração pública brasileira, destacando-se, posteriormente, a expansão dos IFs e a assunção da oferta para formação do ensino superior e seu financiamento e, por fim, o planejamento, a gestão pública e a prestação de contas.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO

Neste subcapítulo, serão abordados o conceito de políticas públicas, os ciclos de políticas públicas na visão dos autores Maximiano e Nohara (2017) e Secchi (2014) e os IFs como agentes estratégicos das políticas públicas.

3.1.1 Conceitos

Na literatura brasileira, há diversos conceitos sobre políticas públicas, cujos termos utilizados causam certa confusão no entendimento sobre o assunto. Matias-Pereira (2012, p. 204) diz que, “na mesma linha das divergências em relação ao termo ‘política’, também não existe um consenso sobre o conceito de ‘Políticas Públicas’”. Corroborando esse entendimento, Silva (2019) afirma que, na língua portuguesa, há a utilização da palavra política para se referir tanto a atos do governo como para as ações desempenhadas pelo governo.

Ao construir uma definição, Cochran *et al.* (2009 apud MAXIMIANO; NOHARA, 2017, p. 189 e 190) afirmam que “política pública é um curso intencional de ação, adotado por uma instituição ou agente do governo, para resolver um assunto de interesse público”.

Confirmando esse ponto de vista, Matias-Pereira (2012) afirma que as políticas públicas se apresentam como um conjunto de ações que espelham a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais no que se refere às atividades de interesse público.

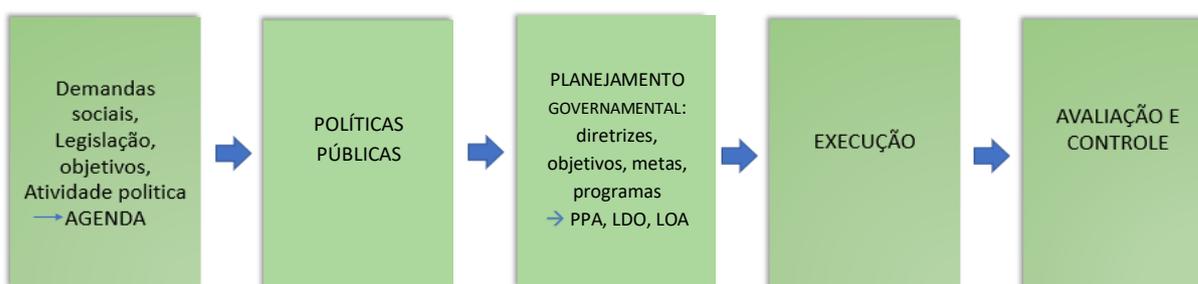
Para Souza (2006), não existe consenso sobre o conceito de políticas públicas; entretanto, as definições, mesmo as mais simplistas até as mais rebuscadas, direcionam os holofotes para o local em que os embates sobre o tema se desenvolvem, os governos. Esse mesmo autor afirma que políticas públicas são consideradas um campo do conhecimento holístico que busca, simultaneamente, a proatividade e a análise das ações do governo, corrigindo-as quando necessário.

É nesse sentido também que Hofling (2001 apud Pereira; Silva, 2010), retratando especificamente a educação como política pública, pondera que ela pode ser entendida como uma política pública de cunho social e que o Estado deve priorizá-la de forma universal, de modo a garantir o acesso das classes populares ao conhecimento, visando à redução da desigualdade social.

3.1.2 Ciclo de políticas públicas

Ratificando Maximiano e Nohara (2017), as políticas públicas necessitam de instrumentos de implantação e execução para que surtam efeitos perante a sociedade. No caso brasileiro, esses instrumentos estão inseridos no ciclo de planejamento governamental conforme Figura 5.

Figura 5: Políticas que determinam o ciclo do planejamento governamental

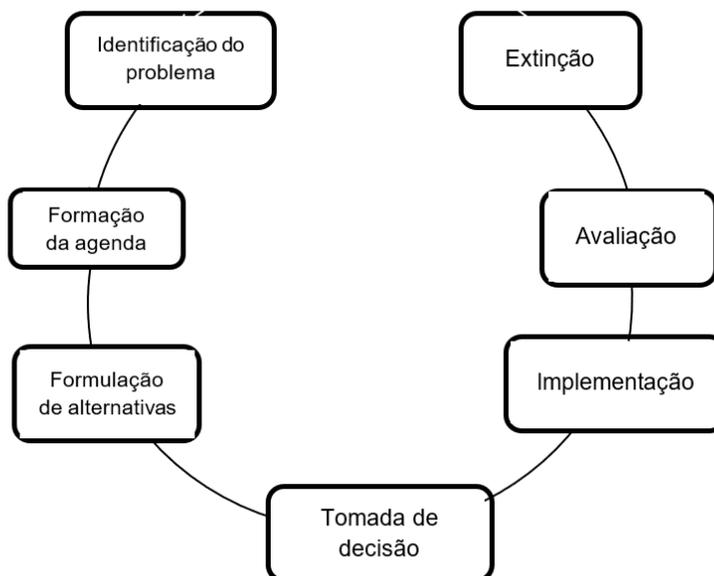


Fonte: Maximiano e Nohara (2017)⁶.

Secchi (2014) assevera que os ciclos ou processos de políticas públicas dividem-se em sete instrumentos: identificação do problema; formulação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação e extinção (Figura 6).

⁶ Segundo os autores, agenda ou pauta “é a lista dos temas, prioridades ou problemas em foco que recebem atenção do governo e de pessoas de fora do governo”. As definições das agendas estão ligadas a grupos de interesse e a atores sociais.

Figura 6: Ciclo de Políticas Públicas segundo Secchi (2014)



Fonte: Martins, Nascimento e Oliveira Jr (2018).

Apesar das diferentes abordagens sobre as políticas públicas, os estudos evidenciam que os autores se utilizam desses instrumentos para transformar decisões em ações governamentais e solucionar conflitos demandados pela sociedade, dentre eles os da educação.

Com relação ao foco desta pesquisa, esse referencial dará condições para compreender os IFs como parte das políticas públicas para o desenvolvimento da educação pública, que será abordado no próximo tópico.

3.1.3 Os Institutos Federais como Política Pública

Os Institutos Federais, como instrumento indutor no combate à desigualdade social de toda ordem e pela construção de uma nação soberana e democrática, assumem o papel de agente estratégico na construção das políticas públicas.

Pacheco (2010, p.17) discorre que, do ponto de vista político, os Institutos Federais como política pública implicam

trabalhar na superação da representação existente, a de subordinação quase absoluta ao poder econômico. Significa também estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para educação pública – com as singularidades que lhe são

próprias – passando a atuar como uma rede de educação profissional, científica e tecnológica.

O papel dos IFs é o de assegurar a perenidade das ações que visem a incorporar os desfavorecidos socialmente, excluídos dos processos de desenvolvimento e de modernização do Brasil.

Uma das características das políticas públicas que norteiam as ações dos IFs é a sua relação com a sociedade no combate à desigualdade social pela formação de cidadãos críticos, capazes de desenvolver o seu raciocínio e suas ideias para o desenvolvimento da sociedade na qual estão inseridos.

3.2 REFORMAS ADMINISTRATIVAS

De acordo com Bergue (2011), as reformas da Administração Pública brasileira estão mais relacionadas aos modelos interpretativos do que a uma evolução histórica, uma vez que os traços do modelo patrimonialista nunca foram expurgados totalmente dos atos administrativos no Brasil e nem o modelo gerencial alcançou plenamente seus objetivos, muitas vezes pela resistência do funcionalismo.

Esse mesmo autor aborda três modelos de gestão: a administração patrimonialista, que influenciou as práticas de gestão desde o Brasil colônia até a República Velha, marcada pela forte dependência da oligarquia ao patrimônio do Estado; a Administração Burocrática, que veio a partir da chegada ao poder de Getúlio Vargas, marcada pelo fortalecimento da estrutura do governo e da função pública, através da racionalização, especialização e profissionalização da gestão pública; e o gerencial, focado no controle de resultado, implementado a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, no ano de 1995 e, posteriormente, da Emenda Constitucional n.º 19/1998, balizado no princípio da eficiência e na qualidade nos serviços.

Apesar da importância do estudo sobre os modelos de administração implementados pelas reformas administrativas ocorridas no Brasil, para esta pesquisa, será abordada com mais detalhes a última delas, o modelo de administração gerencial.

Essa reforma trouxe às instituições brasileiras muitos desafios no tocante às suas gestões administrativas. As Instituições de ensino público não escaparam

dessas mudanças, primeiro porque se tratava de um plano de governo e segundo porque as instituições públicas eram uma das pautas da Reforma Administrativa.

Consoante Reis (2014), essa reforma não abrangia apenas a questão econômica e o capital externo. Além de outras coisas, envolvia também uma reformulação na estrutura administrativa da Federação, buscando mais eficiência nos gastos públicos com menos recursos financeiros, na tentativa de produzir os resultados esperados pelo público demandante, trazendo a imperatividade da reestruturação do papel do Estado na economia e no respeito para com a sociedade.

Esse mesmo autor afirma que a mudança envolvia uma transformação no pensamento de um Estado burocrático para o Estado Gerencial, pois essa transição estava balizada no modelo da administração gerencialista e nos princípios da proposta da Reforma do Estado Brasileiro, através do instrumento denominado “Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)”, idealizado pelo ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, conforme texto dos Cadernos Mare n.º 15⁷. Nesse documento, menciona-se que a reforma administrativa brasileira traz no seu bojo as orientações da chamada administração pública gerencial, conhecida internacionalmente como *new public management*, que têm sido aplicadas em diversos países pelo mundo com variadas ênfases e formatos na renovação da gestão desses Estados (MARE, 1998).

Para Granjeiro e Castro (1996), o direcionamento dos sistemas econômicos no capitalismo contemporâneo está sob a responsabilidade de duas instituições, o Estado e o mercado. Isso porque quando ocorre as grandes crises econômicas, como ocorreram nas décadas de 20, 30, 70 e 80, suas origens estão no mau funcionamento do mercado (nas décadas de 20 e 30) ou do Estado (nas duas últimas décadas mencionadas, 70 e 80).

No Brasil, a partir da década de 1990, observa-se uma mudança de mentalidade dos detentores do poder político e de outros atores intelectuais, tais como estudiosos das áreas econômica e jurídica no que tange às relações entre o Estado e os diversos setores da sociedade, especialmente a administração pública.

A quebra desse paradigma, de uma certa forma, caracteriza-se pela aplicação de medidas redutivas do tamanho da máquina administrativa, no intuito de, com isso, aumentar sua eficiência nas áreas em que se considere realmente imprescindível a

⁷ Caderno elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, cuja representação se dava pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

atuação do Estado. Esse novo modelo de administração tem sido denominado administração gerencial (ALEXANDRINO; PAULO, 2006)

Conforme Brandim e Feldmann (2015), após a implantação da Reforma do Estado brasileiro, sob a ótica ideológica do neoliberalismo a partir da década de 1990, houve um amplo retrocesso no que diz respeito às conquistas sociais declaradas na Carta Magna de 1988, chancelada e observada pelos organismos internacionais financiadores do capitalismo.

Nesse recorte temporal, as autoras apontam duas gerações de reformas do Estado brasileiro. A primeira foi iniciada no governo de Fernando Collor de Melo e vai até o final do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a segunda geração de reforma inicia-se no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, numa expressiva complementaridade às reformas iniciadas no governo anterior, fortemente marcadas pelas recomendações dos organismos financeiros internacionais, embora implantadas com menos intensidade.

3.3 EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

No ano de 2004, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, formalizou-se a expansão dos IFs. Segundo o MEC, em 2002, a rede já contava com um conjunto de 140 unidades de ensino, atuando em 23 Estados da Federação e era composta por vários modelos Institucionais: Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com Unidades Descentralizadas; Universidade Tecnológica Federal; Escolas Agrotécnicas Federais; Escola Técnica Federal e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

O Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, trouxe de volta a perspectiva do ensino médio como educação politécnica ou tecnológica, rompendo com o dualismo entre a educação básica e a técnica imposto pelo Decreto n.º 2.208 de 17 de abril de 1997, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade e o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, quais sejam: ciência, cultura, humanismo e tecnologia.

À luz do Decreto acima citado e da publicação da Lei n.º 11.195/05, ocorreu o lançamento da primeira fase do Plano da Expansão dos IFs, com a construção de 64 novas unidades. Essa Lei modificou a redação do § 5º do artigo 3º da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994, abrindo-se a possibilidade de outras organizações

fazerem parcerias com os entes da Federação no que diz respeito à expansão do ensino profissional.

A segunda fase do Plano de Expansão foi lançada no ano de 2007, cuja meta era entregar mais 150 novas unidades à população, perfazendo, em toda a rede, um total de 354⁸ unidades até o final de 2010, abrangendo todas as regiões do país, disponibilizando cursos de qualificação, ensino técnico, superior e de pós-graduação, engendrados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

Em 29 de dezembro de 2008, o governo federal instituiu a Lei n.º 11.892, com a qual foi criado o novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), oriundo de 139 unidades pré-existentes. Essa mesma lei incorporou três Escolas Técnicas Vinculadas e excluiu a Escola Técnica Vinculada Núcleo Avançado de Ciência e a Escola de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que foi transformada em Instituto de Ciências Agrárias (ICA), passando a incorporar o Campus Montes Claros da UFMG.

O Artigo 2º dessa lei define que “os IFs são instituições de educação superior, básica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimento tecnológico com as suas práticas pedagógicas” (BRASIL, 2008).

Segundo Silva (2019), o objetivo desse novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável, buscando a inclusão social e inovações tecnológicas. A sua proposta é entender a educação como instrumento de transformação e potencialização do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana.

A sua organização pedagógica é verticalizada, transitando da educação básica à superior, podendo atuar em todos os níveis e modalidades da Educação Profissional. Essa ação pedagógica contribui com o desenvolvimento integral do cidadão, através de uma articulação entre o ensino técnico e o científico, permitindo que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes

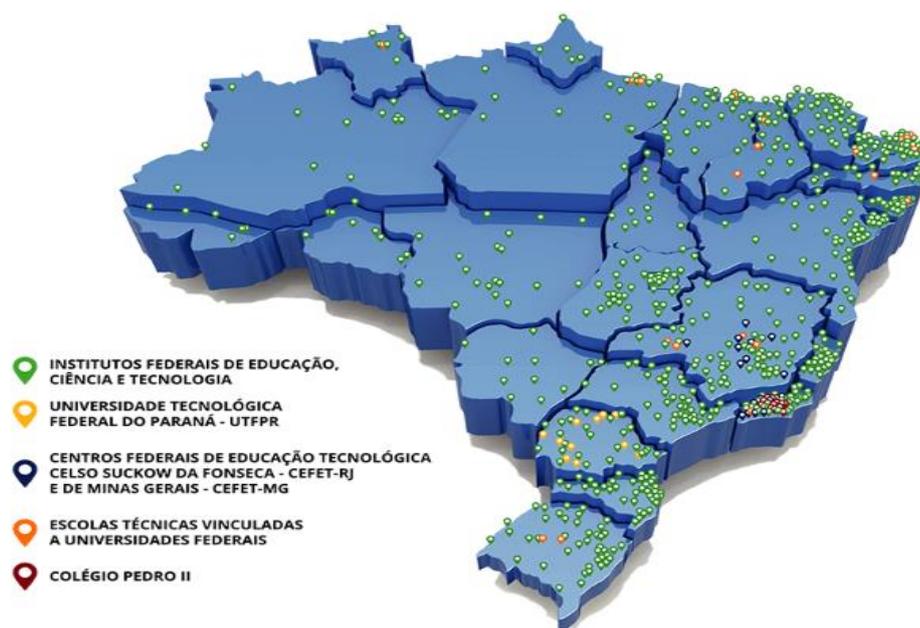
⁸ É importante esclarecer que, no ano de 2008, a Escola Técnica Vinculada Núcleo Avançado de Ciência e a Escola de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram transformadas em Instituto de Ciências Agrária (ICA) e deixou de pertencer à RFEPCT. Portanto, já está computado nesse número de 354 a exclusão da referida Escola.

compartilhem os mesmos ambientes acadêmicos e laboratórios, dando-lhes uma visão norteadora desde o curso técnico até a pós-graduação

Na terceira fase do Plano de Expansão, no período entre 2011 e 2014, foram criadas 208 novas unidades e, por intermédio do art. 5º da Lei n.º 12.677/12, foram incorporadas 14 unidades do Colégio Pedro II, perfazendo um total de 578 unidades.

Por meio da portaria/MEC n.º 378 de 09 de maio de 2016, foram criados 5 Polos de Inovação e mais 61 novas unidades, perfazendo um total de 644 unidades atuando em toda a Federação. Segundo o MEC, cada uma delas é composta por campi que atuam como unidades descentralizadas de ensino e garantem a presença dos IFs ao longo de todo o território nacional (Figura 7).

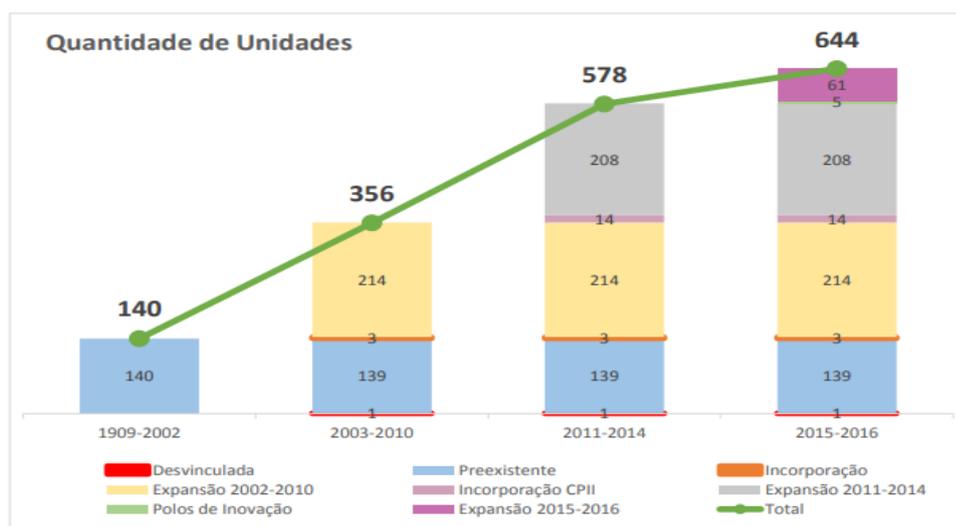
Figura 7: Unidades que compõem a RFEPCT



Fonte: MEC (2020)⁹.

Diferente de alguns materiais informativos disponíveis no sítio do MEC, cuja abordagem explica a expansão da rede por fases I, II, e III, o documento denominado “Educação Profissional e Tecnológica: série histórica e avanços institucionais 2003-2016” evidencia a expansão da rede por período (Gráfico 1).

⁹ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>>. Acesso em 17 ago. 2020.

Gráfico 1: Série Histórica da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Fonte: SETEC/MEC (2019).

O Gráfico 1 mostra os dados históricos da evolução da RFEPCT e estão divididos em quatro períodos, iniciando em 1909 e indo até 2016, e não coincidem com as três fases da expansão dos IFs abordadas anteriormente.

3.3.1 Indicadores de desempenho dos IFs

Bottani (1994) discorre que, no universo educacional, um indicador é um artifício de levantar informação relevante acerca de aspectos significativos da realidade e nem sempre resulta em uma medida quantitativa, ou seja, pode resultar em descrições qualitativas.

Segundo Amaral (2013), foi a partir da Portaria Ministerial n.º 1.285 de 05 de agosto de 1994¹⁰ que a distribuição dos recursos orçamentários das IES foi baseada no modelo de fórmulas matemáticas. Para isso, foram criados alguns indicadores, com o intuito de medir a necessidade e desempenho(qualitativo) das instituições.

De acordo com Amaral (2003) e Reis *et al.* (2017), em 1999, a norma acima citada, sofreu alterações na sua metodologia de cálculo, baseando-se numa modelagem desenvolvida na Inglaterra — atividades de ensino e atividades de pesquisa —, e passou a utilizar duas submatrizes: a Matriz de ensino e a Matriz de pesquisa. A matriz de ensino considerava variáveis como alunos matriculados,

¹⁰ O autor citou o decreto nº 1.285 de 30 de agosto de 1994, mas a norma correta é a Portaria Ministerial n.º 1.285/MEC, de 5 de agosto de 1994.

concluintes, ingressantes, vagas no vestibular, peso do curso (em função do seu custo), bônus para fora de sede, cursos noturnos, taxa de retenção e evasão, utilizando-se fórmulas específicas para calcular número equivalente de estudantes em tempo integral; já a matriz de pesquisa considerava o número de docentes envolvidos com a pós-graduação e a avaliação da CAPES dos programas stricto sensu.

Nesse momento, em virtude da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e as peculiaridades de uma universidade, é visível a complexidade da construção de uma metodologia de partição orçamentária para as IES.

Em 2002, foi publicada a Decisão 408/2002/TCU/Plenária, trazendo no seu bojo informações sobre as origens, a forma de apuração e as finalidades dos IDs, que deveriam ser utilizadas nos Relatórios de Gestão das IES (universidades), dentre eles, Custo Corrente por Alunos Equivalentes (CCAIE).

Nessa época, o grupo de contato (equipe de técnicos), formado por representantes do TCU, da Secretaria da Educação Superior (SESu) e da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), já tinha a preocupação de equiparar, através de fórmulas matemáticas, os alunos de diversos níveis (graduação, pós-graduação e residência médica) e características (aluno tempo integral, extensionistas e residentes) no mesmo patamar de equidade (TCU/PLENÁRIA, 2002).

Seguindo as mesmas diretrizes das normas aplicadas às universidades, o TCU publicou o Acórdão n.º 2.267/2005/TUC/Plenária, com o intuito de padronizar a extração de dados e os cálculos dos indicadores a serem utilizados pela RFEPCT, facilitando, dessa maneira, a análise, publicização e posterior fiscalização da rede. (MEC, 2015)

Para melhoria da qualidade da educação brasileira, foi fundamental a construção e utilização de forma ampla de IDs que expressassem o grau de alcance das metas e dos objetivos estabelecidos (MEC, 2020). O Ministério da Educação afirma que, para alcançar as metas e objetivos, é necessário

o estabelecimento de indicadores acadêmicos que expressem a ampliação da oferta e a melhoria da eficiência e da eficácia das Instituições federais de educação profissional, buscando o atendimento das metas já estabelecidas nos planos mencionados anteriormente, além dos indicadores já estabelecidos pelos Acórdãos n.º 2.267/2005 – TCU/Plenário, n.º 104/2011 – TCU/Plenário e n.º 2.508/2011 – TCU – 1ª Câmara (MEC, 2015, p.4).

De acordo com o Extrato do Acórdão n.º 2.267/2005 e com base nos critérios de relevância acadêmica e gerencial, foram selecionados 12 (doze) IDs para integrarem a prestação de contas das REFPCT, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Indicadores Acórdão n.º 2.267/2005 – TCU/Plenária

Siglas	Indicadores	Descrições
RCV	Relação de Candidatos por Vagas	Mede a consonância entre a oferta de vagas em relação à procura do público.
RIM	Relação de Ingressos por Matrícula Atendida	Mede a capacidade de renovação do quadro discente.
RCM	Relação de Concluintes por Matrícula Atendida	Mede a capacidade de alcançar êxito escolar.
EAC	Eficiência Acadêmica de Concluintes	Mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam(concluído).
RFE	Retenção do Fluxo Escolar	Mede a relação de alunos que não concluem seus cursos no período previsto.
RAD	Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral	Mede a capacidade de atendimento pela força de trabalho docente.
TCD	Titulação do Corpo Docente	Mede o índice de atualização do corpo docente.
GCA	Gastos Corrente por Aluno	Mede o custo médio de cada aluno da Instituição.
GCP	Gastos com Pessoal	Mede os gastos com pessoal em relação aos gastos totais da Instituição.
GOC	Gastos com Outros Custeios (Excluído Benefícios e Pasep)	Mede os gastos com outros custeios em relação aos totais da Instituição.
CGI	Gastos com Investimentos	Mede os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da Instituição.
MRF	Matriculados classificados de Acordo com a Renda per capita.	Mede a capacidade de inclusão social da instituição.

Fonte: SETEC; MEC; TCU (2005).

É fundamental que, para cada indicador (Quadro 1) calculado pelos REFPCT, seja realizada uma análise que permita a identificação dos motivos técnicos, acadêmicos, institucionais ou outros que justifiquem tanto valores dos IDs abaixo do esperado quanto acima. Ou seja, a apresentação dos números, por si só, sem a devida análise, não atende ao Acórdão do TCU e pode ensejar sanções dos órgãos superiores e de controle (MEC, 2015).

3.3.2 Custo Aluno (CA) e Gasto Corrente por Aluno (GCA)

No universo educacional brasileiro, os indicadores Custo Aluno (CA) e Gasto Corrente por Aluno (GCA) vêm sendo amplamente utilizados nas pesquisas sobre educação, com o objetivo de avaliar a gestão escolar de determinado território, escolas e nível de ensino em determinado período.

Para Amaral (2002), deve haver uma distinção de “custo por estudante” e “custo aluno”, na medida em que este procura levantar o quanto custou a formação de um estudante, e aquele é o resultado da divisão do total de recursos aplicados na instituição pelo número total de alunos.

Segundo Morgan (2004), a informação sobre custo aluno pode fornecer informações relevantes sobre os valores aplicados em determinado órgão das universidades, o que auxilia nas tomadas de decisões sobre a utilização dos recursos disponíveis, com o intuito de propiciar maior eficiência na alocação dos recursos.

Na mesma linha de pensamento do autor acima, Magalhaes *et al.* (2010) discorrem que é fundamental conhecer o custo aluno nos cursos ofertados por uma universidade, pois essa informação exprime o gasto de cada órgão da instituição em relação ao orçamento, bem como os cursos com possibilidade de expansão, evitando gastos excessivos à instituição.

Os autores Silva, Morgan e Costa (2004), Magalhães *et al.* (2010), Amaral (2012; 2013) e documentos que tratam sobre esse tema utilizam algumas terminologias distintas para falar sobre custo aluno, quais sejam: custo por estudante, custo corrente por aluno e gasto corrente por aluno.

Apesar da existência de várias terminologias utilizadas nos estudos sobre financiamento educacional, a sua essência continua a mesma: medir o esforço orçamentário (investimento) institucional para ofertar o ensino de qualidade e auxiliar os gestores nas tomadas de decisões.

3.3.3 Método de cálculo de Gastos Correntes por Aluno (GCA)

Em 2005, de acordo com IDs criados pelo Acórdão n.º 2.267/2005-TCU/Plenária (Quadro 1), surgiu a terminologia “Gastos Correntes Por Aluno (GCA)”, que tem como função medir o custo médio de cada aluno da Instituição, utilizando como base a fórmula demonstrada no Quadro 2.

Quadro 2: Indicador Gastos Correntes por Aluno (GCA)¹¹

Este indicador mede o custo médio de cada aluno da Instituição.

$$GCA = \frac{GASTOT}{MATRÍCULA EQUIVALENTE}$$

Fonte: Acórdão n.º 2.267/05/Plataforma Nilo Peçanha/SETEC.

Para que se faça entender a função do Indicador GCA (Quadro 2), é fundamental ter o conhecimento das terminologias dos termos que as compõe, a saber:

- **GASTOT (GASTOS CORRENTES TOTAIS)** é igual ao Total de Gastos da Instituição deduzindo os gastos com pessoal Inativo e pensionistas, precatório, gastos com investimentos e ação 20RW¹² e 8252¹³, ou seja, GASTOT = TOTGAS – Inativos e Pensionistas – Precatário – investimentos – 20RW – 8252.

- TOTGAS é entendido como total dos gastos liquidados da instituição no exercício;
- Inativos e Pensionistas são os gastos com pessoal inativo e pensionistas liquidados no exercício;
- Precatário são os gastos com pessoal de condenação judicial definitiva;
- Investimentos são os gastos relacionados com aquisição de máquinas e equipamentos ou realização de obras;
- 20RW são os gastos com apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica;
- 8252 São os gastos com Educação Profissional e Tecnológica a Distância.

- **MATRÍCULAS EQUIVALENTES** são todas as matrículas que estiveram em curso por pelo menos um dia no período analisado (SETEC, 2020).

Para calcular o número de Matrícula Equivalente (ME), deve-se multiplicar o Fator de Equiparação da Carga Horária do Curso (FECHC) com número de Alunos

¹¹ Na fórmula original do Acórdão n.º 2.267/2005/Plenária, o denominador era “MATRÍCULA ATENDIDA”, entretanto, com a publicação da Portaria n.º 1.162 de 09/11/2018/MEC e a Portaria nº 51 de 21/11/2018/SETEC, passou a se chamar de “MATRÍCULA EQUIVALENTE”.

¹² Ação do Governo de Apoio à Formação Profissional, Ciência e Tecnológica.

¹³ Ação do Governo referente à Educação Profissional e Tecnológica a Distância.

Matriculados do Curso (AMC) e o Fator de Esforço do Curso (FEC), isto é, (equação “A”) $ME = FECHC \times AMC \times FEC$ (BRASIL, 2018, p.1).

- O FECHC “permite a equiparação de cursos com durações distintas” (BRASIL, 2018, p.2);
- O AMC são os alunos matriculados em cada curso, extraídos do Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC);
- O FEC ajusta a carga horária do curso em função da quantidade de aulas práticas que tecnicamente demandem menor ação Aluno por Professor (MEC, 2016).

Para encontrar o FECHC, deve-se efetuar a divisão da Carga Horária Anual do Curso (CHAC) por oitocentas horas, assim tem-se: (equação “B”) $FECHC = \frac{CHAC}{800}$

- A CHAC “é a carga horária mínima do curso regulamentada no projeto pedagógico e a duração do ciclo do curso definida em anos” (BRASIL, 2018, p.2).

Percebe-se, no primeiro momento, que foram necessárias duas equações (“A” e “B”) para calcular a ME, contudo, ao substituir a variável FECHC da equação “B” na equação “A”, tem-se uma fórmula resumida de Matrícula Equivalente (Quadro 3):

Quadro 3: Matrícula Equivalente (fórmula reduzida)

Calcular o número de Matrícula equivalente
$ME = \frac{CHAC \times AMC \times FEC}{800}$

Fonte: Elaboração própria com base na Portaria n.º. 51 de 21/11/2018/SETEC.

Com o intuito de facilitar a interpretação da variável ME, foi construída uma planilha com os cálculos referentes ao número de matrícula equivalente dos cursos de graduação no IFPB (Apêndice C).

3.4 NÍVES DE FORMAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Para compreender melhor os níveis de formação de ensino nos IFs, faz-se necessária uma abordagem dos incisos I e II do art. 21 da LDB, Lei n.º 9.394 de 1996, os quais afirmam que a educação escolar no Brasil constitui-se em dois níveis de

formação: educação básica e educação superior, que se sucedem e, no ensino regular, são condições para prosseguimentos dos estudos nos níveis subsequentes.

De acordo com o INEP (2020), a educação básica está subdividida em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio¹⁴. Tem como objetivo desenvolver o aprendente, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para prosperar nas atividades laborais e em estudos posteriores.

Esse mesmo órgão afirma que a educação superior (graduação e pós-graduação)¹⁵ é destinada aos alunos que terminaram o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo, para o caso de graduação. Já a pós-graduação é destinada aos alunos diplomados em curso de graduação e que atendam às exigências das Instituições de ensino em que forem submetidos ao processo de seleção.

Para este estudo, será abordado apenas o nível de formação da graduação, que está subdividida em: formação de tecnólogo, bacharelado e licenciatura, cujos conceitos e terminologias serão pontuadas nos próximos subtópicos.

3.4.1 Formação superior nos Institutos Federais

Com base no art. 2º da Lei n.º 11.892/2008, os institutos federais são considerados instituições de nível superior e, como tal, assumem a responsabilidade de promover cursos de formação superior: tecnólogo, bacharelado e licenciatura.

3.4.1.1 Formação Tecnológica

A Resolução CNE/CP n.º 3, de 18 de dezembro de 2002, que institui as diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, diz no seu art. 4º que “os cursos superiores de tecnologia são de graduação, com características especiais, e obedecerão às diretrizes contidas no Parecer CNE/CES 436/2001 e conduzirão à obtenção de diploma de tecnólogo”. O Decreto n.º. 2.208 de 17 de abril de 1997 que regulamentava

¹⁴ De acordo com o MEC, o modelo adotado pelos Institutos Federais é o Ensino Médio Integrado.

¹⁵ O art. 21 e seus incisos da Lei n.º 9.394 de 1996 não fazem distinção entre graduação e pós-graduação, pois ela considera tudo como nível superior.

inicialmente a educação profissional, revogado pelo Decreto n.º 5.154 de 2004, afirma que o ensino tecnológico é um dos níveis da educação profissional e corresponde a curso de nível superior.

3.4.1.2 Formação Bacharelado

Com a nova abordagem dada pela Lei n.º 5.540/68, o termo bacharelado passou a ser entendido como “um curso que confere uma qualificação intelectual nos diferentes ramos do saber que têm sua utilidade nas modernas sociedades industriais, principalmente no que se refere ao campo das atividades terciárias” (CAVALCANTE, 2000, p. 35). O Portal do MEC, por sua vez, explica que bacharelados são cursos superiores de graduação que conferem, ao aluno concluinte, o título de bacharel para o exercício profissional na área de seus estudos e não habilita para lecionar” (MEC, 2020).

3.4.1.3 Licenciatura

Segundo o MEC, os cursos de licenciatura (plena) são cursos superiores de graduação e habilitam profissionais a atuarem como professor na educação infantil, no Ensino Fundamental e Médio.

O INEP explica que, de acordo com o art. 7 da Resolução CNE/CP nº. 1, de 30 de setembro de 1999, os cursos de licenciatura (plena) a serem ministrados pelos Institutos superiores de educação, com duração mínima de 3.200 horas, podem ser de dois tipos: o curso normal superior, para licenciatura de profissionais em educação infantil e de professores para os anos iniciais de ensino fundamental; e os cursos de licenciatura destinados à formação de docentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, organizados em habilitações polivalentes ou especializadas por disciplina ou área de conhecimento, sendo que ambos os cursos deverão ter duração mínima de 3.200 horas, entre aulas práticas e teóricas.

3.4.2 Tipos de curso de graduação no IFPB em 2019

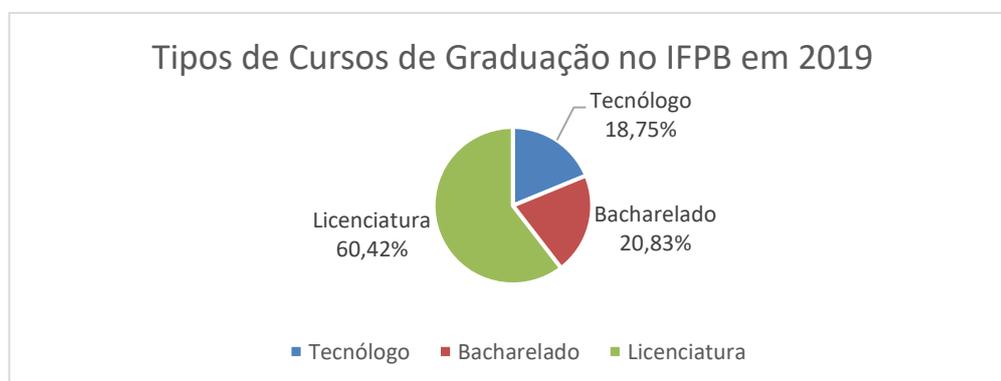
De acordo com a PNP, em 2019, o IFPB tinha 48 cursos de graduação, sendo que 29 eram cursos de licenciatura, 10 de bacharelado e 9 de tecnólogo (Tabela 1).

Tabela 1: Quantidade de cursos de graduação no IFPB em 2019

Cursos	Quantidade de tipo de cursos de graduação	Análise vertical em %
Tecnólogo	9	18,75%
Bacharelado	10	20,83%
Licenciatura	29	60,42%
Total dos cursos em graduação	48	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base na Plataforma Nilo Peçanha.

Conforme a tabela acima, os cursos de licenciatura representam mais da metade dos cursos de graduação no IFPB em 2019, chegando a 60,42%, enquanto os cursos de bacharelado atingiram 20,83% e os de tecnólogo 18,75% (Gráfico 2).

Gráfico 2: Quantidade de cursos de graduação no IFPB em 2019

Fonte: Elaboração própria com base na Plataforma Nilo Peçanha.

Os números no gráfico acima sugerem que o IFPB, em 2019, vem se preocupando com a obrigatoriedade de garantir o mínimo de 20% de todas as suas vagas ofertadas para os cursos de licenciatura para cumprir com as exigências legais impostas pela lei que o instituiu, a Lei n.º 11.892/2008.

3.5 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

No Brasil, as atividades e o desenvolvimento das instituições públicas de ensino superior dependem, basicamente, dos recursos financeiros provenientes do setor público, em função dos altos valores investidos nas atividades envolvendo ensino, pesquisa e a extensão (FÁVERO; BECHI, 2017).

Os autores afirmam que, na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior realizada em Paris no ano de 1998, a UNESCO elaborou o documento denominado “Declaração mundial sobre educação no Século XXI: visão e ação”, no qual evidencia uma análise das funções e dos compromissos da educação superior para o novo século.

O art. 14 do documento intitulado “O financiamento da educação superior como serviço público” elaborado pela Unesco (1998), diz que

o Estado mantém seu papel essencial nesse financiamento. O financiamento público da educação superior referente a apoio à sociedade presta a esta educação e deve, portanto, continuar sendo reforçado, a fim de garantir o desenvolvimento da educação superior, aumentar a eficácia e manter sua qualidade e relevância.

No universo das normas jurídicas brasileiras, a garantia da oferta e da manutenção do ensino superior está estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e pela LDBN de 1996, as quais descrevem que o Estado é responsável pela oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, em universidades e institutos, de forma a garantir a utilização de toda a estrutura física e financeira necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Para este estudo, apesar de oferecerem outros níveis de ensino, os IFs serão considerados como unidades de ensino superior, cujo financiamento será abordado no tópico seguinte.

Amaral (2003) afirma que o financiamento dos IFs é, basicamente, proveniente do Tesouro Nacional. As movimentações desses recursos estão registradas no SIAFI, que pertence ao governo federal. Em regra, esses recursos classificam-se em: a) recursos do Tesouro Nacional, oriundos de fontes governamentais decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições; b) recursos próprios diretamente arrecadados pelas instituições através de convênios e/ou contratos com outros organismos públicos ou privados.

De acordo com o MEC, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) é responsável por coordenar as políticas públicas de Educação Profissional

e Tecnológica (EPT) e manter¹⁶, supervisionar e fortalecer as instituições que compõem a rede.

Por força do Decreto n.º 7.313 de 22 de setembro de 2010, os Recursos disponíveis (Outras Despesas Correntes e de Capital) à SETEC para manutenção dos IFs são analisados em conjunto com o Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e distribuídos de acordo com a Matriz CONIF¹⁷.

Após a definição dos valores estabelecidos pela Matriz CONIF e a aprovação do orçamento público da União pelo Congresso Nacional, os créditos orçamentários são registrados nas Unidades Setoriais de cada órgão (SETEC), sendo necessária ainda a descentralização às Unidades Gestoras Administrativas (UG-Reitoria) para que elas executem o seu orçamento através dos empenhos.

3.6 PLANEJAMENTO, GESTÃO PÚBLICA E *ACCOUNTABILITY*

O planejamento é um instrumento que possibilita enxergar o futuro, organizar as ideias e os processos, indispensável às instituições públicas ou privadas que desejam atingir seus objetivos com eficiência e qualidade para a sociedade. É um instrumento mutável que pode ser controlado e corrigido, se necessário.

Nas palavras de Matias-Pereira (2012), planejamento é uma função administrativa essencial à administração pública ou comercial, devido aos benefícios que traz às organizações, com destaque à elevação da eficiência, eficácia e efetividade, redução das desorganizações operacionais, diminuição dos riscos e o aumento das possibilidades de alcançarem os objetivos previamente estabelecidos.

Considerado instrumento indispensável à administração, o planejamento é o responsável pela definição dos objetivos institucionais e pela elaboração dos planos que irão coordenar as atividades relacionadas ao atingimento das metas predefinidas e, por isso, argumenta-se que essa função administrativa tem dupla finalidade, definindo o que será feito e como será feito (SOBRAL; PECCI, 2013).

¹⁶ A manutenção dos Institutos Federais aludida neste parágrafo refere-se apenas aos recursos disponíveis para o sustento de cada instituição (Outras Despesas Correntes e de Capital), exclui-se despesa com Pessoal Ativo, Inativo, pensionistas e os benefícios.

¹⁷ É um modelo matemático elaborado numa parceria entre o CONIF e SETEC.

3.6.1 Planejamento Governamental

Para que o Estado cumpra com o seu plano de governo, é necessário, por força normativa, que ele elabore um planejamento das suas ações, definindo suas diretrizes, objetivos e metas de curto, médio e longo prazo. Matias-Pereira (2012, p. 129) destaca que

a função de planejamento torna-se essencial como proposta técnica consistente para a execução de políticas, contribuindo para uma organização dos serviços públicos em termos quantitativos e qualitativos, cuidando de sua instrumentação econômico-financeira, avaliando os processos de redução ou elevação das desigualdades sociais, intermediando e zelando pelo compromisso de equidade de oportunidades, entre outros (MATIAS-PEREIRA, 2012. p. 129).

O planejamento, de acordo com as normas constitucionais vigentes, além de ser um instrumento técnico, é também um instrumento jurídico, que obriga, por intermédio de seus planos governamentais aprovados, os dirigentes a executarem suas atividades em busca do desenvolvimento econômico social. Maximiano e Nohara (2017) argumentam que os elementos normativos que se articulam no processo de planejamento governamental são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os três planos (PPA, LDO e LOA) são ferramentas importantíssimas para o cumprimento das políticas públicas governamentais, de modo que o PPA define as diretrizes estratégicas, a LDO estabelece as metas e as prioridades da Administração Pública e a LOA fixa as despesas e prevê as receitas.

Para esta pesquisa, será deixada de lado a abordagem sobre os dois primeiros planos e adentrar-se-á um pouco mais a fundo neste último (LOA), pelo fato deste instrumento ser um dos objetos desta pesquisa e estar mais próximo do gestor público, ou seja, do profissional que administra o erário público.

3.6.2 Orçamento público - contexto histórico e conceitos

Segundo Gomes e Frota (2015), o Estado brasileiro nasceu a partir das raízes coloniais portuguesas, herdando um Estado pronto altamente dependente da realeza, moldada por uma classe patrimonialista, com intervenções de agentes públicos que não agiam nos padrões legais, mas dentro das normas vigentes à época,

aproveitando-se do poder à sua disposição. Como exemplo, tem-se os grandes proprietários de terra.

Após o seu descobrimento (invasão portuguesa), a relação econômica entre a colônia e a metrópole não foi uma das melhores, pois a metrópole explorava a colônia para obter riquezas e, conseqüentemente, bancar os seus elevados gastos, provocando um estrangulamento nas dívidas da colônia. Com isso, não muito distante na linha temporal, ocorreu a inconfidência mineira, uma insurgência contra a cobrança de tributos exigidos pela metrópole em detrimento dos trabalhadores em Minas Gerais, que exigiam a soberania da colônia.

Já em 1808, com a vinda do Rei D. João VI, o Brasil formalizou o processo de organização de suas finanças, instituindo o Erário Público, o Conselho da Fazenda e o de Contabilidade, culminando, em 1824, com a formalização da elaboração do Orçamento.

Durante toda a história do Brasil, o orçamento vinha sendo uma peça-chave, ora para os ditadores, que geralmente detinham o poder nas mãos, ora para as Assembleias Legislativas das épocas correspondentes, alternando a incumbência da sua elaboração e ou da sua execução (JUND, 2006).

O orçamento público é uma peça jurídica aprovada e autorizada pelo legislativo com força de lei, cujo objeto versa sobre a atividade financeira do Estado, tanto do ponto de vista de receita como das despesas (BASTOS, 1981). Também pode ser definido como instrumento de planejamento da ação governamental composto por despesas fixadas pelo Poder Legislativo, autorizando ao Poder Executivo a realizá-las durante um exercício financeiro mediante a arrecadação de receitas suficientes e previamente estimadas (JUND, 2008).

O orçamento apontado na Constituição de 1988, na seção denominada “Dos orçamentos”, está inserido no ciclo do planejamento governamental, cuja função é lidar com as incertezas e a inevitabilidade do futuro, e contém pelo menos três componentes: objetivo, meio de realização e meio de controle e avaliação (MAXIMIANO; NOHARA, 2017).

Segundo Constin (2010), o orçamento é um instrumento derivado de uma Lei específica e é a mais importante das finanças públicas, por dois motivos: fixa as despesas e prevê as receitas que poderão ser realizadas pelo poder público; e estabelece um relacionamento técnico político importante entre o Poder Executivo e o Legislativo para sua elaboração, aprovação e controle de sua execução.

A LOA decorre de um planejamento adequado dos projetos e das atividades que o governo pretende realizar, para atender e satisfazer as necessidades da coletividade. Assim, quando a lei é aprovada pelo Poder Legislativo, tem-se o surgimento da autorização para realização de gastos públicos, em consonância com os montantes programados, que serão destinados a cada órgão segundo a sua finalidade. Essa autorização recebe o nome de crédito orçamentário inicial (JUND, 2008).

Após a publicação da LOA no diário oficial, diz-se que as execuções de despesas orçamentárias foram autorizadas pelo Poder Legislativo. Mesmo com a autorização do Legislativo, o Poder Executivo, de acordo com a Lei n.º 4.320 de 1964, deve obedecer aos estágios da despesa: prévio empenho, liquidação e pagamento.

Segundo Maximiano e Nohara (2017), o empenho é o ato emanado de autoridade competente, cujas informações devem conter a identificação da instituição que emitiu esse documento, a finalidade, o nome do fornecedor e o valor, que garante a este os recursos referentes aos produtos ou serviços contratados. A liquidação é o ato de verificação do direito líquido e certo do credor pelos serviços contratados e realizados de acordo com o empenho; e o pagamento, procedimento que transfere o numerário ao fornecedor após ter cumprido as obrigações da liquidação.

O conhecimento sobre o orçamento público brasileiro é fundamental para o entendimento desta pesquisa, na medida em que o tema aborda assuntos inerentes a recursos públicos necessários à gestão que impactam no nível de formação superior dos IFs, ou seja, o conhecimento dos valores disponíveis no orçamento, além de evitar desperdício e frustrações, é basilar para a gestão e o desenvolvimento do ensino superior do IFPB. Dito isso, na próxima subseção, será abordada a Gestão Pública, cuja função é administrar recursos ou bens públicos.

3.6.3 Gestão Pública

Segundo Ferreira (2012), no final da década de 80 do século passado, após a abertura de mercado, o Brasil buscou procedimentos e métodos para a modernização das empresas e dos serviços públicos com relação à qualidade e à produtividade. Em 1990, foi criado o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), considerado o embrião dos programas de qualidade no serviço público.

Em 1995, com a Reforma do Estado, criou-se o Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública (QPAP) com a retórica da qualidade como instrumento de modernização do aparelho do Estado. Em 1999, ainda no modelo neoliberal, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi criado o Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP), aglutinando expertise dos programas anteriores com foco no atendimento e amparo ao cidadão usuário do serviço público, com pesquisa de satisfação dos usuários desses serviços, implantação de padrões de atendimento ao cidadão e a prática do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

Em 2005, o governo federal lançou, através do Decreto n.º 5.378/05, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), aglutinando o programa de qualidade com o Programa Nacional de Desburocratização. Ferreira (2012) afirma que o GESPÚBLICA foi uma quebra do paradigma na gestão pública brasileira, passando da administração burocrática para a administração gerencial.

A evolução do GESPÚBLICA foi caracterizada por quatro etapas (Quadro 4).

Quadro 4: Etapas da evolução do GESPÚBLICA

1990	1996	2000	2005
Subprograma da Qualidade e da Produtividade da Administração Pública	QPAP – Programa da Qualidade e da Produtividade na Administração Pública	PQSP – Programa da Qualidade no Serviço Público	GESPÚBLICA – Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
Gestão de Processos	Gestão e Resultados	Qualidade do Atendimento ao Cidadão	Gestão por resultados orientados para o cidadão

Fonte: Brasil (2009, p.7 apud Ferreira, 2012, p. 31).

Gestão pública, no sentido estrito, são todos os atos exercitados pelos gestores da entidade na administração dos recursos materiais e humanos, avaliados por período determinado (FERRARI, 2007).

Para Bergue (2011),

a gestão situa-se no campo das ciências sociais aplicadas, espaço da produção de conhecimento em que se entrelaçam paradigmas e valores diversos, moldando múltiplas perspectivas de análise e compreensão do fenômeno organizacional (BERGUE, 2011, p. 38).

De acordo com Meyer Jr. (2005), a ciência vem demonstrando que a gestão é, quase sempre, sinônimo de amadorismo e improvisação, sem uma visão de futuro, na qual os gestores vivem para “apagar incêndios”, resolvendo os problemas que surgem, sempre com postura reativa.

Na contramão do pensamento do autor mencionado anteriormente, Mathias-Pereira (2012) discorre que a função do Estado moderno, por intermédio da Gestão Pública, é a de ampliar de forma sistemática as oportunidades individuais, institucionais e regionais, estimulando incorporações de novas tecnologias e inovações no setor público que proporcionem as condições exigidas para atender às demandas da sociedade moderna, produzindo serviços com qualidade e com transparência.

Apesar dos esforços despendidos desde a década de 90 do século XX, na busca de mecanismos e métodos para modernização do serviço público por meio de programas e normas mencionados nos parágrafos anteriores, o governo do presidente Michel Temer por intermédio do Decreto n.º 9.094/17 revogou o Decreto n.º 5.378 de 23 de fevereiro de 2005, pondo fim ao GESPÚBLICA, rompendo com o programa de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo dos sistemas de gestão das organizações públicas e com os serviços oferecidos ao cidadão.

3.6.4 *Accountability*

Nos últimos anos, o termo *Accountability* vem sendo utilizado nos ambientes governamentais com a intenção de responsabilizar os gestores públicos pelos atos praticados, no sentido de que eles devem prestar conta das ações exercidas e dos resultados alcançados. Muito embora, dentro do arcabouço jurídico brasileiro, não basta alcançar o resultado, este deve vir com eficiência e com eficácia, principalmente quando envolve recurso público.

Matias-Pereira (2012) afirma que

o termo “*accountability*” pode ser aceito como o conjunto de mecanismos e procedimentos que induzem os dirigentes governamentais a prestarem contas dos resultados de suas ações à sociedade, garantindo-se dessa forma maior nível de transparência e a exposição pública das Políticas Públicas.

Segundo Maximiano e Nohara (2017), *accountability* é um vocábulo estrangeiro, com o significado de responsabilização, introduzido no nosso sistema de

governança ou gestão pública. Refere-se à prestação de conta do gestor aos interessados ou usuários da administração pública, de forma transparente.

Para Lorena e Gabriel (2015, p 296), “a *accountability* é identificada como sendo um processo similar à prestação de contas realizadas pelas ações do TCU”.

Observando especificamente a questão dos recursos aplicados nos IFs e o resultado alcançado (alunos matriculados) é importante mencionar que a *accountability*, por meio da avaliação de IDs, além de cumprir com as determinações legais do TCU, evidencia a masterização dos resultados alcançados, dos investimentos realizados e do desempenho nas políticas públicas destinadas à sociedade.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para responder o problema da pesquisa – qual a repercussão do montante investido na gestão do ensino superior do IFPB no período de 2017 a 2019? –, o pesquisador realizou duas abordagens nos documentos Institucionais (Plataforma Nilo Peçanha, Relatório de Gestão e Relatório de Autoavaliação) do período de 2017 a 2019. A primeira abordagem teve o objetivo de verificar, de forma direta, as disponibilidades dos dados financeiros (Apêndice A) e a segunda, de forma complementar à primeira, teve a finalidade de levantar dados acadêmicos com o intuito de encontrar informações ou métodos que pudessem dar subsídio à pesquisa (Apêndice B).

As duas abordagens, através do cruzamento de dados, permitiram encontrar uma metodologia de cálculo, com base no indicador “gastos correntes por aluno”, possibilitando o levantamento do montante investido no ensino de graduação no IFPB no período proposto pela pesquisa.

4.1 ABORDAGEM SOBRE OS DADOS FINANCEIROS

A abordagem de cunho financeiro consistiu nas análises das categorias e subcategorias relacionadas ao financiamento do IFPB, baseadas no indicador “gastos correntes por aluno”, nos moldes do acórdão n.º 2.267/2005-TCU/Plenário, da Portaria n.º 1.162/MEC de 09 de novembro de 2018 e da Portaria n.º 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018, abordados no subitem 3.3.2 deste trabalho.

No Quadro 5, estão demonstradas as disponibilidades de informações financeiras (categoria e subcategorias) do IFPB no período de 2017 a 2019, de acordo com as fontes: Plataforma Nilo Peçanha (PNP), Relatório de Gestão (RG) e Relatório de Autoavaliação (RA).

Quadro 5: Disponibilidade dos dados financeiros do IFPB – 2017 a 2019.

CATEGORIAS/SUBCATEGORIAS	FONTES		
	PNP	RG	RA
Valores investidos em todos os níveis de ensino – Gastos totais.	Disponíveis*	Disponíveis	Não encontrados**
Valores investidos no nível de ensino superior – Gastos totais na graduação.	Não encontrados	Não encontrados	Não encontrados
Valores investidos no ensino médio - Gastos totais no ensino técnico de nível médio.	Não encontrados	Não encontrados	Não encontrados
Valores investidos em obras e equipamentos - Gastos com investimentos e inversão financeira.	Disponíveis	Disponíveis	Não encontrados
Valores investidos em pessoal não ativo - Gastos com inativos e pensionistas	Disponíveis	Não encontrados	Não encontrados
Valores reconhecidos como dívidas com decisão transitada em julgado - Gastos com precatórios	Disponíveis	Não encontrados	Não encontrados
Valores investidos na manutenção do ensino e alunos na instituição - Gastos Correntes	Disponíveis	Não encontrados	Não encontrados

* Os dados estão disponíveis e acessíveis na PNP e/ou no sítio institucional.

** Da forma como estão expostos na fonte pesquisada, não foi possível aferir tais dados.

Fonte: Elaboração própria com base no Apêndice A.

O Quadro 5 aponta que a maior parte dos dados financeiros, de acordo com as categorias e as subcategorias, está disponibilizada na fonte PNP; contudo, não foram disponibilizados, individualmente, dados sobre os gastos totais na graduação e nem gastos totais no ensino técnico de nível médio, evidenciando uma carência dessas informações nos principais documentos institucionais.

O RG contribuiu com a disponibilização de dados sobre os gastos totais e gastos com investimento e inversão financeira; no entanto, a sua maior contribuição foram as informações qualitativas sobre esses dados.

O RA foi o documento institucional que não contribuiu com informação sobre o assunto, de acordo com a categoria e subcategoria proposta pela pesquisa, fazendo menção apenas quanto à previsão e à execução orçamentária da instituição, sem nenhuma análise do desempenho financeiro do IFPB no período em estudo.

Ficou constado que nenhum dos três documentos institucionais analisados disponibilizou, separadamente, informações sobre os valores investidos no ensino médio e nem no ensino superior a nível de graduação. Nesse sentido, fez-se necessária uma segunda abordagem, a acadêmica, conforme o subitem subsequente.

4.2 ABORDAGEM SOBRE OS DADOS ACADÊMICOS

Essa abordagem foi delineada a partir da análise das categorias e subcategorias relacionadas com os dados acadêmicos (Apêndice B), baseando-se no indicador “gastos correntes por aluno”.

No Quadro 6, estão apresentadas as disponibilidades de informações acadêmicas do IFPB no período de 2017 a 2019, de acordo com as fontes PNP, RG e RA.

Quadro 6: Disponibilidade dos dados acadêmicos do IFPB – 2017 a 2019

CATEGORIAS/SUBCATEGORIAS	FONTES		
	PNP	RG	RA
Número de alunos matriculados em todos os níveis – Alunos matriculados	Disponíveis*	Disponíveis	Não encontrados**
Número de alunos matriculados no ensino superior – Na graduação.	Disponíveis	Não encontrados	Não encontrados
Número de matrículas-equivalentes em todos os níveis de ensino – Matrículas equivalentes.	Disponíveis	Disponíveis	Não encontrados
Número de matrículas equivalentes no ensino superior – Na graduação.	Disponíveis	Não encontrados	Não encontrados
Fator de Equiparação de Carga Horária de Curso (FECHC) - Na graduação	Não encontrado	Não encontrados	Não encontrados
Fator do Esforço do Curso (FEC) nos cursos do ensino superior – Na graduação.	Não encontrado	Não encontrados	Não encontrados
Carga Horária Mínima Regulamentada (CHMR) – Na graduação.	Não encontrado	Não encontrados	Não encontrados

* Os dados estão disponíveis e acessíveis na PNP e/ou no site institucional.

** Da forma como estão expostos na fonte pesquisada, não foi possível aferir tais dados.

Fonte: Elaboração própria com base no Apêndice B.

O Quadro 6 evidencia que o PNP foi a principal fonte de informação acadêmica no período de 2017 a 2019, contribuindo com quatro das sete categorias e subcategorias, que foram fundamentais para o estudo sobre o financiamento da graduação no IFPB.

Nessa análise, o RG contribuiu com informações de duas das sete categorias e subcategorias, entretanto essas informações foram extraídas do PNP, ou seja, elas foram apenas transcritas de um documento para o outro. Assim, a maior contribuição do RG para esta pesquisa foram os dados qualitativos.

O RA, de modo diverso das outras duas fontes de pesquisa, não contribuiu com nenhum dado acadêmico no período em estudo.

As duas abordagens, tanto a financeira como a acadêmica, mencionadas nos parágrafos acima, permitiram visualizar a disponibilidade dos dados nos relatórios institucionais e foram fundamentais na resposta à problemática desta pesquisa.

Após o levantamento das informações financeiras e acadêmicas nos documentos oficiais do IFPB (Quadros 5 e 6), o pesquisador, baseando-se nos autores Amaral(2002), Morgan (2004) e Magalhães *et al.*(2010), que abordam temas sobre financiamento da educação, utilizou-se da metodologia do cálculo do indicador “gastos correntes por aluno” para apurar os valores investidos na graduação no IFPB no período de 2017 a 2019. Conforme destacado no subitem seguinte.

4.3 METODOLOGIA DO CÁLCULO PARA APURAÇÃO DO INVESTIMENTO NA GRADUAÇÃO NO IFPB

Para apurar os investimentos na graduação no IFPB no período de 2017 a 2019 utilizando-se da fórmula do indicador “gastos correntes por aluno” e as propriedades matemáticas da razão e proporção, foi necessário seguir dois passos, a saber:

Primeiro passo:

Aplicando a propriedade matemática da razão e da proporção na fórmula do indicador “gastos correntes por aluno” (GCA) = $\frac{\text{Gasto Total (GT)}}{\text{Matrículas Equivalente(ME)}}$, cujo numerador (GT) compreende a soma dos gastos correntes em todos os níveis de ensino no IFPB, ou seja, é a soma dos Gastos com Ensino Médio(GEM), mais os Gastos na Graduação(GG) e mais os Gastos em Pós-Graduação (GPG); e o denominador ME representa a soma de todas as matrículas equivalentes da instituição, isto é, Matrículas Equivalentes no Ensino Médio(MEEM), mais Matrículas Equivalentes na Graduação(MEG) e mais as Matrículas Equivalentes na Pós-Graduação(MEPG), chega-se às seguintes fórmulas:

$$GCA = \frac{GT}{ME} = \frac{GEM+GG+GPG}{MEEM+MEG+MEPG} \Rightarrow GCA = \frac{GT}{ME} = \frac{GEM}{MEEM} = \frac{GG}{MEG} = \frac{GPG}{MEPG}$$

A partir da exposição da fórmula, pode-se afirmar que: $GCA = \frac{GG}{MEG}$.

Segundo Passo:

Utilizando a operação matemática dos produtos dos meios pelos extremos, na fórmula acima, chegou-se à seguinte equação:

$$GG = GCA \times MEG$$

Portanto, a fórmula utilizada nesta pesquisa para calcular o montante investido na graduação (GG) no IFPB no período de 2017 a 2019, foi: $GG = GCA \times MEG$.

Contudo, para apurar tais investimentos, é necessário conhecer os valores dos GCA e as MEG no IFPB de cada ano correspondente, demonstrados nas Tabelas 2 e 3.

4.4 CÁLCULOS DOS GCA NO IFPB

A Tabela 2 apresenta o cálculo do GCA nos anos de 2017 a 2019, fundamental para o levantamento do montante investido na graduação (GG) no IFPB desse mesmo período.

Tabela 2: Cálculo dos GCA no IFPB – 2017 a 2019 atualizado pelo IPCA¹⁸

Variáveis	Ano Calendário		
	2017	2018	2019
Gasto total (GT)¹⁹	574.544.856,59	596.747.177,32	611.856.220,58
Matrícula Equivalente (ME)²⁰	25.195	30.910	33.952
Gastos Correntes por Aluno ²¹ => $GCA = \frac{GT}{ME}$	22.803,92	19.305,96	18.021,48

Fonte: Elaboração Própria com base na Plataforma Nilo Peçanha.

Os números na Tabela 2 mostram uma queda nos GCA de R\$ 3.497,97 em 2018 em comparação a 2017 e de 1.284,48 em 2019 em comparação com 2018, correspondendo, em porcentagem, a -15,34% e -6,65%, respectivamente.

¹⁸ Atualizado até outubro de 2020.

¹⁹ Representa o total investido para manter o funcionamento e a manutenção do IFPB.

²⁰ Representa o total de matrículas equivalentes de todos os cursos no IFPB.

²¹ Na Plataforma Nilo Peçanha, utiliza-se a terminologia "Gastos por Matrícula Equivalente".

Do ponto de vista da gestão dos gastos públicos, o IFPB vem se mostrando mais eficiente à medida que vem diminuindo os GCA; todavia, do ponto de vista do financiamento institucional, os recursos aplicados na manutenção da instituição, de modo geral, não cresceram na mesma proporção das ME no IFPB, sugerindo um esgotamento em outras áreas, podendo afetar negativamente a qualidade do ensino.

4.5 NÚMEROS DE MATRÍCULAS EQUIVALENTES NA GRADUAÇÃO (MEG) NO IFPB

A tabela 3 demonstra o número de Matrículas Equivalentes na Graduação (MEG) do IFPB, no período de 2017 a 2019, de acordo com o Apêndice C²².

Tabela 3: Número de MEG no IFPB – 2017 a 2019

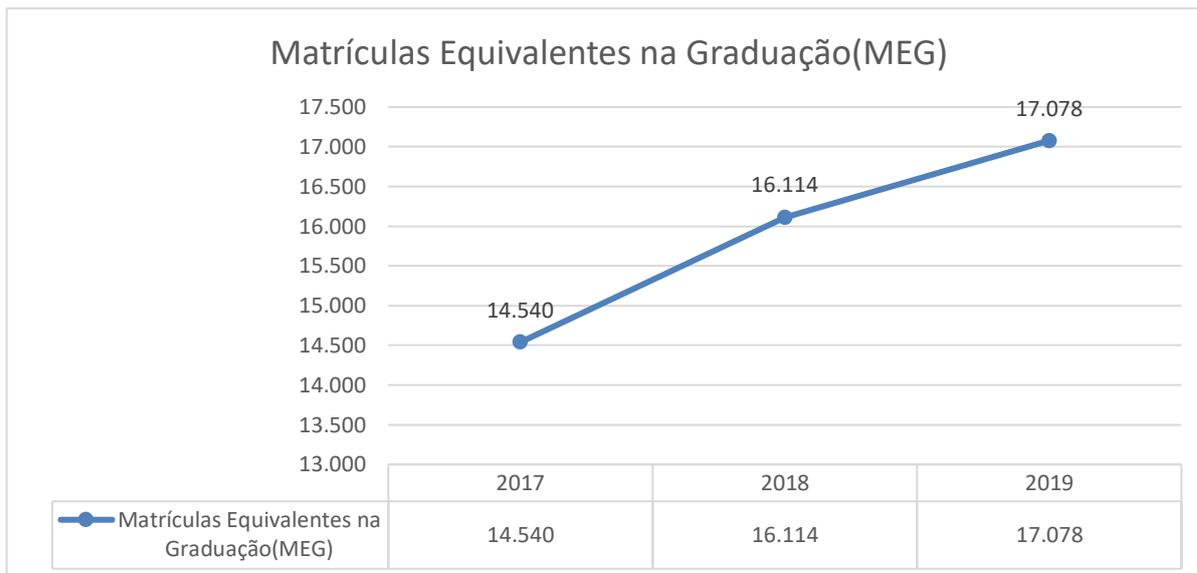
Variáveis	Ano Calendário		
	2017	2018	2019
Matrículas Equivalentes na Graduação (MEG)	14.540	16.114	17.078

Fonte: Elaboração própria com base no Apêndice C.

Na Tabela 3, os números apontam um crescimento de 10,83% no ano de 2018 em relação a 2017 e de 5,98% em 2019 em relação a 2018. Do ponto de vista acadêmico, isso é positivo, pois indica que está aumentando o número de alunos matriculados, pura e simplesmente, ou que os alunos estão sendo matriculados em cursos mais caros ou em cursos com carga horária maior, em outras palavras, cursos que requerem maior esforço financeiro institucional.

O Gráfico 3 exprime, de acordo com a tabela acima, o comportamento de MEG no IFPB, durante o período de 2017 a 2019.

²² O Apêndice C mostra todos os cálculos das matrículas de todos os cursos de 2017 a 2019.

Gráfico 3: Número de MEG no IFPB – 2017 a 2019

Fonte: Elaboração própria com base no Apêndice C.

O Gráfico 3 apresenta uma tendência de subida no período, sendo que, no ano de 2018, a subida foi mais acentuada do que no ano de 2019, sugerindo que esse comportamento crescente perdeu força no último ano.

Analisando os documentos institucionais (PNP, RG e RA), não foi possível fazer inferências sobre a perda de força das MEG no ano de 2018 para 2019.

4.6 MONTANTE INVESTIDO NA GRADUAÇÃO NO IFPB

Após o levantamento e apuração das MEG e dos GCA de acordo com as duas tabelas anteriores dos itens 4.4 e 4.5, foi possível chegar ao montante do investimento na graduação no IFPB no período de 2017 a 2019, conforme Tabela 4.

Tabela 4: Investimento na graduação no IFPB – 2017 a 2019 atualizado pelo IPCA

Variáveis	Ano Calendário		
	2017	2018	2019
GCA(tabela 2)	22.803,92	19.305,96	18.021,48
MEG(tabela 3)	14.580	16.114	17.078
GG = GCA x MEG	332.481.153,60	311.096.239,44	307.770.835,44

Fonte: Elaboração própria com base na Plataforma Nilo Peçanha.

As inferências que se faz sobre os dados da Tabela 4 é que os investimentos na graduação (GG) sofreram quedas de 6,87% em 2018 e 8,03% em 2019 em comparação com o ano de 2017, em função das quedas nos GCA no triênio de 2017 a 2019.

4.7 MATRÍCULAS EQUIVALENTES POR TIPO DE CURSO DE GRADUAÇÃO (METCG)

Numa visão mais detalhada sobre ME, a Tabela 5 mostra a evolução das METCG no IFPB no período de 2017 a 2019.

Tabela 5: Matrículas Equivalentes por Tipo de Curso de Graduação (METCG) no IFPB, no período de 2017 a 2019

Tipo de Curso	Ano Calendário		
	2017	2018	2019
Bacharelado	2.351	2.544	3.061
Tecnólogo	8.769	9.472	9.375
Licenciatura	3.460	4.098	4.642
Totais	14.580	16.114	17.078

Fonte: Elaboração própria com base no Apêndice C.

Na sua totalidade, a Tabela 5 mostra uma evolução positiva no número METCG no IFPB entre 2017 a 2019, passando de 14.580 no ano de 2017 para 17.078 em 2019, ou seja, um aumento de 17,13% no período. Entretanto, no número das matrículas equivalentes dos cursos tecnólogos, houve uma pequena queda de aproximadamente 1,03% em 2019 em relação a 2018. Apesar dessa pequena queda

em 2019, os cursos tecnólogos ainda são os mais representativos em números de ME entre os três tipos de curso, com mais de 50% no período estudado.

4.8 MONTANTE INVESTIDO NA GRADUAÇÃO POR TIPO DE CURSO

A Tabela 6 destaca os montantes investidos em cada tipo de curso proporcionalmente às ME de cada um deles, no período de 2017 a 2019. Essa análise tem o objetivo de verificar o comportamento dos investimentos na graduação no IFPB, por tipo de curso.

Tabela 6: Investimento na graduação no IFPB por tipo de curso, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA

Tipos de Cursos	Ano Calendário 2017			
	GCA (A)	ME por tipo curso (B)	Montante investido por tipo de curso (A x B)	Análise Vertical em %
Bacharelado	22.803,92	2.351	53.612.016	16,12%
Tecnólogo		8.769	199.967.573	60,14%
Licenciatura		3.460	78.901.563	23,73%
Totais		14.580	332.481.153	100,00%
Tipos de Cursos	Ano Calendário 2018			
	GCA (A)	ME por tipo curso (B)	Montante investido por tipo de curso (A x B)	Análise Vertical em %
Bacharelado	19.305,96	2.544	49.114.362	15,79%
Tecnólogo		9.472	182.866.053	58,78%
Licenciatura		4.098	79.115.824	25,43%
Totais		16.114	311.096.239	100,00%
Tipos de Cursos	Ano Calendário 2019			
	GCA (A)	ME por tipo curso (B)	Montante investido por tipo de curso (A x B)	Análise Vertical em %
Bacharelado	18.021,48	3.061	55.163.750	17,92%
Tecnólogo		9.375	168.951.375	54,90%
Licenciatura		4.642	83.655.710	27,18%
Totais		17.078	307.770.835	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

Tabela 7: Resumo dos investimentos na graduação por tipo de curso no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA

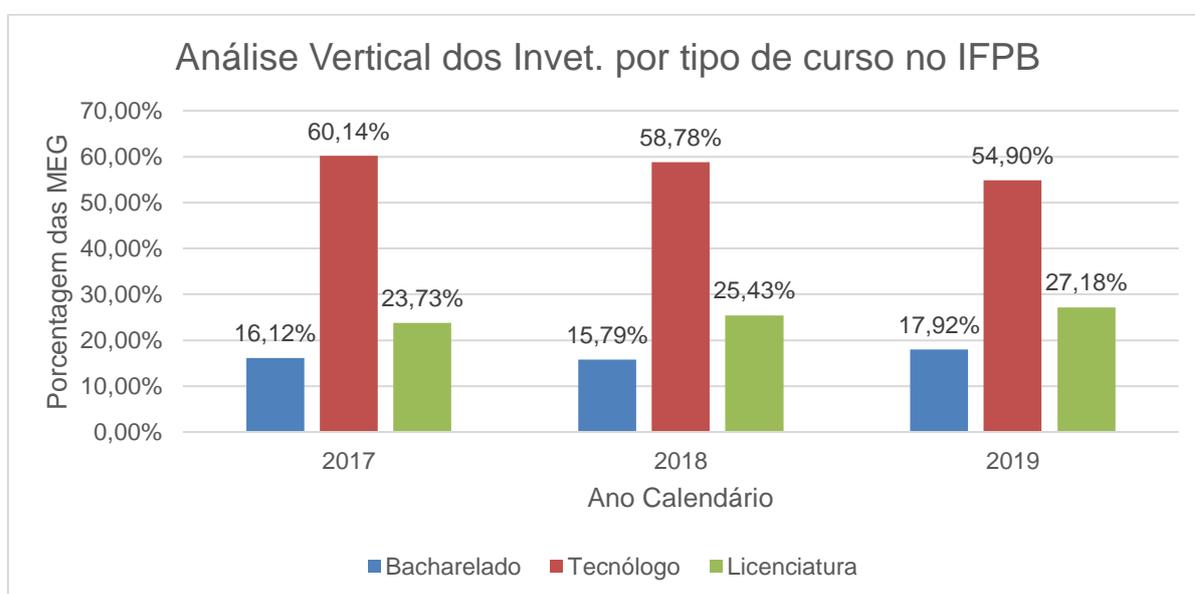
Tipos de Cursos	Ano Calendário					
	2017	%	2018	%	2019	%
Bacharelado	53.612.016	16,12%	49.114.362	15,79%	55.163.750	17,92%
Tecnólogo	199.967.573	60,14%	182.866.053	58,78%	168.951.375	54,90%
Licenciatura	78.901.563	23,73%	79.115.824	25,43%	83.655.710	27,18%
Totais	332.481.153	100,00%	311.096.239	100,00%	307.770.835	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

Os números apresentam evidências de que o financiamento dos cursos de graduação no IFPB está mais direcionado aos cursos tecnológicos, entretanto, em valores absolutos, os investimentos nesses cursos vêm caindo, com variação negativa de R\$ 31.016.199,00, ou seja, uma queda de 18,36% no ano de 2019 em comparação com 2017, empurrando para baixo todo o investimento da graduação no IFPB nesse período.

No Gráfico 4, por meio de uma análise vertical realizada nos dados acima, é possível visualizar a participação nos investimentos de cada tipo de curso de graduação no IFPB entre 2017 a 2019.

Gráfico 4: Investimentos nos cursos de graduação no IFPB por tipo de curso no período de 2017 a 2019



Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

O Gráfico 4 deixa clara a forte participação dos cursos tecnológicos no financiamento do IFPB. No entanto, esses cursos vêm perdendo força na sua representatividade, em termos percentuais, em comparação com os demais cursos de graduação no IFPB, caindo de 60,14% em 2017 para 54,90% em 2019.

Por outro lado, a representatividade dos cursos de licenciatura no investimento na graduação no Instituto vem aumentando, passando de 23,73% em 2017 para 27,18% em 2019, enquanto a representatividade dos cursos de bacharelado vem oscilando entre 16% e 18%, aproximadamente, apontando com a menor participação, em termos percentuais, entre os três tipos de curso de graduação no IFPB no período em estudo.

A forte representatividade dos cursos de tecnologia no IFPB pode estar relacionada à origem da própria instituição, que, durante décadas, esteve voltada para os cursos técnicos com o intuito de atender o mercado de trabalho.

4.9 MONTANTE INVESTIDO NA GRADUAÇÃO POR CURSO E TIPO DE CURSO

Esta análise visa aferir os investimentos aplicados na graduação no IFPB por curso e tipo de curso. É uma abordagem por categoria com objetivo de observar o comportamento e a participação de cada curso por tipo de curso – categoria²³ no financiamento institucional.

4.9.1 Investimento nos cursos de bacharelado

A Tabela 8, evidencia o esforço financeiro que o IFPB aplicou em cada curso de bacharelado no período de 2017 a 2019.

²³ Segundo o glossário na PNP (2017,2018 e 2019), Tipo de Curso é categorização transversal utilizada para diferenciar os cursos da RFEPCT em diversos níveis e graus.

Tabela 8: Investimento na graduação dos cursos de bacharelado no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA

Cursos de Bacharelado				
Nome do Curso	Ano Calendário 2017			
	GCA (A)	ME por curso (B)	Montante investido por curso (AxB)	Análise Vertical em %
Administração	22.803,92	1028	23.442.430	43,73%
Engenharia Civil		337	7.684.921	14,33%
Engenharia da Computação		148	3.374.980	6,30%
Engenharia de Controle e Automação		-	-	-
Engenharia Eletrônica		604	13.773.568	25,69%
Engenharia Mecânica		-	-	-
Medicina Veterinária		234	5.336.117	9,95%
Totais		2.351	53.612.016	100,00%
Nome do Curso	Ano Calendário 2018			
	GCA (A)	ME por curso (B)	Montante investido por curso (A x B)	Análise Vertical em %
Administração	19.305,96	1080	20.850.437	42,45%
Engenharia Civil		385	7.432.795	15,13%
Engenharia da Computação		240	4.633.430	9,43%
Engenharia de Controle e Automação		-	-	-
Engenharia Eletrônica		576	11.120.233	22,64%
Engenharia Mecânica		-	-	-
Medicina Veterinária		263	5.077.467	10,34%
Totais		2.544	49.114.362	100,00%
Nome do Curso	Ano Calendário 2019			
	GCA (A)	ME por curso (B)	Montante investido por curso (A x B)	Análise Vertical em %
Administração	18.021,48	1187	21.391.497	38,78%
Engenharia Civil		598	10.776.845	19,54%
Engenharia da Computação		323	5.820.938	10,55%
Engenharia de Controle e Automação		87	1.567.868	2,84%
Engenharia Eletrônica		574	10.344.329	18,75%
Engenharia Mecânica		43	774.924	1,40%
Medicina Veterinária		249	4.487.349	8,13%
Totais		3.061	55.163.750	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

Tabela 9: Resumo dos investimentos na graduação dos cursos de bacharelado no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA

Cursos	Ano calendário					
	2017	(%)	2018	(%)	2019	(%)
Administração	23.442.430	43,73%	20.850.437	42,45%	21.391.497	38,78%
Engenharia Civil	7.684.921	14,33%	7.432.795	15,13%	10.776.845	19,54%

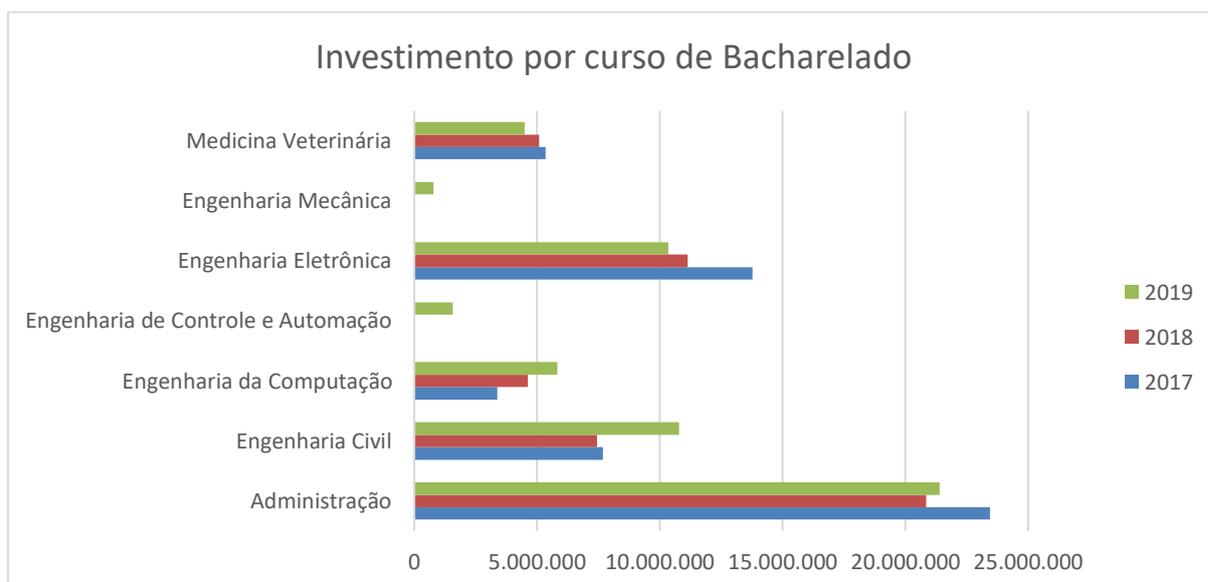
(continuação)

Cursos	Ano calendário					
	2017	(%)	2018	(%)	2019	(%)
Engenharia da Computação	3.374.980	6,30%	4.633.430	9,43%	5.820.938	10,55%
Engenharia de Controle e Automação	-	-	-	-	1.567.868	2,84%
Engenharia Eletrônica	13.773.568	25,69%	11.120.233	22,64%	10.344.329	18,75%
Engenharia Mecânica	-	-	-	-	774.924	1,40%
Medicina Veterinária	5.336.117	9,95%	5.077.467	10,34%	4.487.349	8,13%
Totais	53.612.016	100,00%	49.114.362	100,00%	55.163.750	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

No tocante à representatividade dos cursos de bacharelado no investimento institucional, a Tabela 9 mostra que o curso de Administração teve a maior participação em comparação aos demais cursos do mesmo tipo, chegando a 38,78% em 2019. Entretanto, essa representatividade vem caindo nos dois últimos anos em relação ao ano de 2017.

Gráfico 5: Investimento nos cursos de bacharelado no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA



Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

Com base no Gráfico 5, os números demonstram que os três principais cursos de bacharelado, no que diz respeito ao financiamento institucional, foram: os cursos de Administração, Engenharia Eletrônica e Engenharia Civil; entretanto, os dois primeiros perderam investimentos em comparação ao ano de 2017, enquanto os

demais cursos de engenharia tiveram um forte crescimento no ano de 2019 em comparação ao ano de 2017.

4.9.2 Investimento nos cursos de tecnologia

Em relação aos cursos de tecnologia, a Tabela 10 demonstra o esforço financeiro que o IFPB despendeu em cada um deles, no período de 2017 a 2019.

Tabela 10: Investimento na graduação dos cursos de tecnologia no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA

Cursos tecnológicos				
Nome do Curso	Ano Calendário 2017			
	GCA (A)	ME por curso (B)	Montante investido por curso (A x B)	Análise Vertical em %
Agroecologia	22.803,92	330	7.525.294	3,76%
Alimentos		155	3.534.608	1,77%
Análise de Desenvolvimento de Sistema		900	20.523.528	10,26%
Automação Industrial		891	20.318.293	10,16%
Construção de Edifícios		1832	41.776.780	20,89%
Design de Interiores		325	7.411.274	3,71%
Design Gráfico		437	9.965.313	4,98%
Geoprocessamento		339	7.730.529	3,87%
Gestão Ambiental		438	9.988.117	4,99%
Gestão Comercial		265	6.043.039	3,02%
Negócios Imobiliários		236	5.381.725	2,69%
Redes de Computadores		514	11.721.215	5,86%
Segurança no Trabalho		551	12.564.960	6,28%
Sistema de Telecomunicação		474	10.809.058	5,41%
Sistema para Internet		523	11.926.450	5,96%
Telemática		559	12.747.391	6,37%
Totais		8.769	199.967.573	100,00%
Nome do Curso	Ano Calendário 2018			
	GCA (A)	ME por curso (B)	Montante investido por curso (A x B)	Análise Vertical em %
Agroecologia	19.305,96	369	7.123.899	3,90%
Alimentos		169	3.262.707	1,78%
Análise de Desenvolvimento de Sistema		811	15.657.134	8,56%
Automação Industrial		924	17.838.707	9,76%
Construção de Edifícios		2034	39.268.323	21,47%
Design de Interiores		343	6.621.944	3,62%
Design Gráfico		496	9.575.756	5,24%
Geoprocessamento		366	7.065.981	3,86%

(continuação)

Gestão Ambiental		476	9.189.637	5,03%
Gestão Comercial		280	5.405.669	2,96%
Negócios Imobiliários		266	5.135.385	2,81%
Redes de Computadores		567	10.946.479	5,99%
Segurança no Trabalho		546	10.541.054	5,76%
Sistema de Telecomunicação		561	10.830.644	5,92%
Sistema para Internet		598	11.544.964	6,31%
Telemática		666	12.857.769	7,03%
Totais		9.472	182.866.053	100,00%
Nome do Curso	Ano Calendário 2019			
	GCA (A)	ME por curso (B)	Montante investido por curso (A x B)	Análise Vertical em %
Agroecologia	18.021,48	435	7.839.344	4,64%
Alimentos		184	3.315.952	1,96%
Análise de Desenvolvimento de Sistema		795	14.327.077	8,48%
Automação Industrial		834	15.029.914	8,90%
Construção de Edifícios		1640	29.555.227	17,49%
Design de Interiores		381	6.866.184	4,06%
Design Gráfico		546	9.839.728	5,82%
Geoprocessamento		361	6.505.754	3,85%
Gestão Ambiental		563	10.146.093	6,01%
Gestão Comercial		340	6.127.303	3,63%
Negócios Imobiliários		298	5.370.401	3,18%
Redes de Computadores		608	10.957.060	6,49%
Segurança no Trabalho		509	9.172.933	5,43%
Sistema de Telecomunicação		643	11.587.812	6,86%
Sistema para Internet		664	11.966.263	7,08%
Telemática		574	10.344.330	6,12%
Totais		9.375	168.951.375	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

Tabela 11: Resumo dos investimentos na graduação dos cursos de tecnologia no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA

Curso	Ano calendário					
	2017	(%)	2018	(%)	2019	(%)
Agroecologia	7.525.294	3,76%	7.123.899	3,90%	7.839.344	4,64%
Alimentos	3.534.608	1,77%	3.262.707	1,78%	3.315.952	1,96%
Análise de Desenv. de Sistema	20.523.528	10,26%	15.657.134	8,56%	14.327.077	8,48%
Automação Industrial	20.318.293	10,16%	17.838.707	9,76%	15.029.914	8,90%
Construção de Edifícios	41.776.780	20,89%	39.268.323	21,47%	29.555.227	17,49%
Design de Interiores	7.411.274	3,71%	6.621.944	3,62%	6.866.184	4,06%
Design Gráfico	9.965.313	4,98%	9.575.756	5,24%	9.839.728	5,82%
Geoprocessamento	7.730.529	3,87%	7.065.981	3,86%	6.505.754	3,85%
Gestão Ambiental	9.988.117	4,99%	9.189.637	5,03%	10.146.093	6,01%
Gestão Comercial	6.043.039	3,02%	5.405.669	2,96%	6.127.303	3,63%

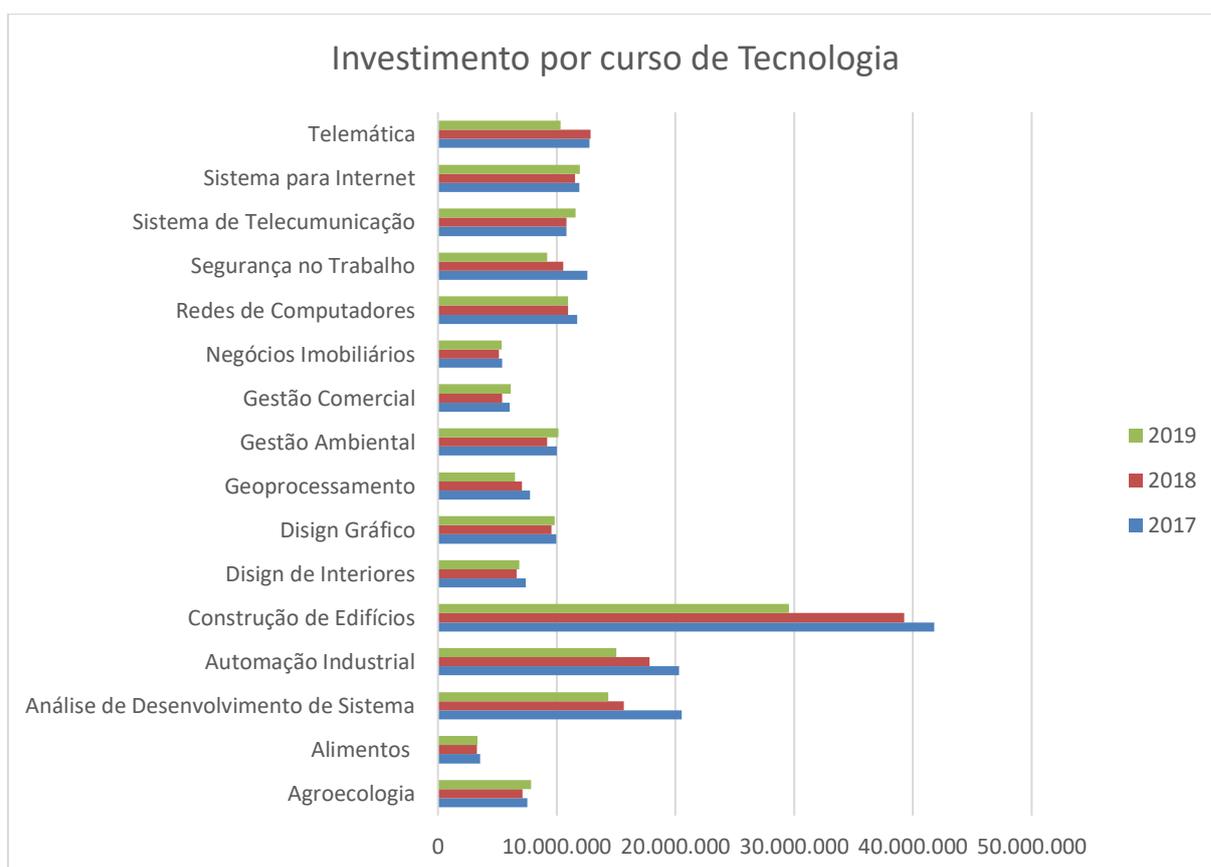
(continuação)

Curso	Ano calendário					
	2017	(%)	2018	(%)	2019	(%)
Negócios Imobiliários	5.381.725	2,69%	5.135.385	2,81%	5.370.401	3,18%
Redes de Computadores	11.721.215	5,86%	10.946.479	5,99%	10.957.060	6,49%
Segurança no Trabalho	12.564.960	6,28%	10.541.054	5,76%	9.172.933	5,43%
Sistema de Telecomunicação	10.809.058	5,41%	10.830.644	5,92%	11.587.812	6,86%
Sistema para Internet	11.926.450	5,96%	11.544.964	6,31%	11.966.263	7,08%
Telemática	12.747.391	6,37%	12.857.769	7,03%	10.344.330	6,12%
Totais	199.967.573	100,00%	182.866.053	100,00%	168.951.375	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

Analisando a representatividade dos cursos de tecnologia no investimento institucional, a Tabela 11 mostra que o curso de Construção de Edifícios foi o que teve maior participação, com 20,89% em 2017, 21,47% em 2018 e 7,49% em 2019. Todavia, essa representatividade vem perdendo força nos dois últimos anos, em comparação ao primeiro ano, no período em estudo.

Gráfico 6: Financiamento dos cursos de tecnologia no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA.



Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

De acordo com o Gráfico 6, os principais cursos de tecnologia que tiveram os maiores investimentos foram os cursos de Construção de Edifícios, Análise de Desenvolvimento de Sistema e Automação Industrial, porém os três perderam investimentos durante o período estudado e o curso que teve a maior perda nos seus investimentos, em valores absolutos, foi o curso de Construção de Edifícios, com uma variação negativa de R\$ 12.221.553,00 no ano de 2019, em comparação ao ano de 2017.

4.9.3 Investimento nos cursos de licenciatura

No que se refere aos cursos de licenciatura, a Tabela 12 demonstra, através dos números, os investimentos que o IFPB fez em cada um deles no período de 2017 a 2019.

Tabela 12: Investimento na graduação dos cursos de licenciatura no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA

Cursos de licenciatura				
Nome do Curso	Ano Calendário 2017			
	GCA (A)	ME por curso (B)	Montante investido por curso (A x B)	Análise Vertical em %
Ciências Biológicas	22.803,92	160	3.648.627	4,62%
Educação Física		132	3.010.117	3,82%
Física		230	5.244.902	6,65%
Informática		252	5.746.588	7,28%
Letras - Língua Portuguesa		1683	38.378.997	48,64%
Matemática		586	13.363.097	16,94%
Química		417	9.509.235	12,05%
Totais		3.460	78.901.563	100,00%
Nome do Curso	Ano Calendário 2018			
	GCA (A)	ME por curso (B)	Montante investido por curso (A x B)	Análise Vertical em %
Ciências Biológicas	19.305,96	242	4.672.042	5,91%
Educação Física		172	3.320.625	4,20%
Física		310	5.984.848	7,56%
Informática		245	4.729.960	5,98%
Letras - Língua Portuguesa		2067	39.905.419	50,44%
Matemática		652	12.587.486	15,91%
Química		410	7.915.444	10,00%
Totais		4.098	79.115.824	100,00%

(continuação)

Nome do Curso	Ano Calendário 2019			
	GCA (A)	ME por curso (B)	Montante investido por curso (A x B)	Análise Vertical em %
Ciências Biológicas	18.021,48	424	7.641.108	9,13%
Educação Física		171	3.081.673	3,68%
Física		334	6.019.174	7,20%
Informática		99	1.784.127	2,13%
Letras - Língua Portuguesa		2391	43.089.359	51,51%
Matemática		772	13.912.583	16,63%
Química		451	8.127.687	9,72%
Totais			4.642	83.655.710

Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

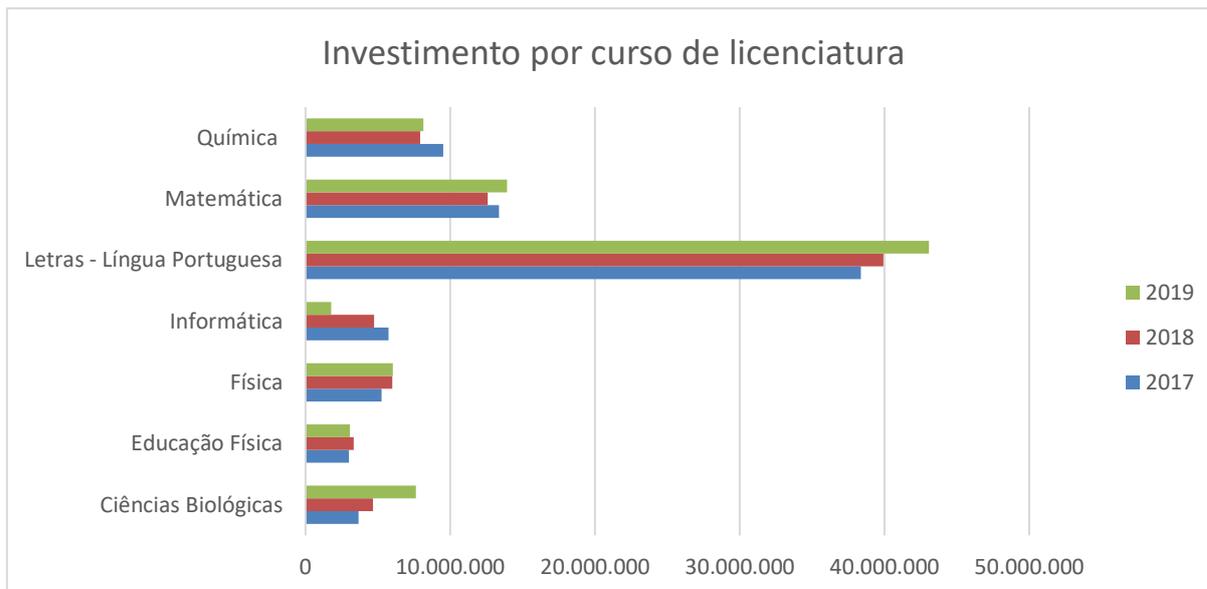
Tabela 13: Resumo dos investimentos na graduação por curso de licenciatura no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA

Eixo Tecnológico	Ano calendário					
	2017	(%)	2018	(%)	2019	(%)
Ciências Biológicas	3.648.627	4,62%	4.672.042	5,91%	7.641.108	9,13%
Educação Física	3.010.117	3,82%	3.320.625	4,20%	3.081.673	3,68%
Física	5.244.902	6,65%	5.984.848	7,56%	6.019.174	7,20%
Informática	5.746.588	7,28%	4.729.960	5,98%	1.784.127	2,13%
Letras - Língua Portuguesa	38.378.997	48,64%	39.905.419	50,44%	43.089.359	51,51%
Matemática	13.363.097	16,94%	12.587.486	15,91%	13.912.583	16,63%
Química	9.509.235	12,05%	7.915.444	10,00%	8.127.687	9,72%
Totais	78.901.563	100,00%	79.115.824	100,00%	83.655.710	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

A Tabela 13 demonstra a representatividade dos cursos de licenciatura no investimento institucional, cujos valores apontam que o curso com maior participação foi o curso de Letras-Língua Portuguesa, com 51,51% de todo o investimento aplicado nos cursos de licenciatura, seguido pelo curso de Matemática, 16,63% em 2019.

Gráfico 7: Investimento nos cursos de licenciatura no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA



Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

Para análise dos investimentos aplicados pelo IFPB nos cursos de licenciatura, no período de 2017 a 2019, é possível identificar no Gráfico 7 que os principais cursos foram: Letras – Língua Portuguesa, com tendência de crescimento; Matemática e Química, ambos oscilando em pequenas perdas e crescimentos nos seus investimentos durante o período entre 2017 e 2019.

4.10 MONTANTE INVESTIDO NA GRADUAÇÃO POR EIXO TECNOLÓGICO

Os números da tabela 14 mostram os investimentos aplicados por eixo tecnológico dos cursos de graduação do IFPB no período de 2017 a 2019. Essa abordagem tem a finalidade de verificar o comportamento do financiamento na graduação no IFPB por eixos tecnológicos, de acordo com o número de matrículas equivalentes de cada curso.

Tabela 14: Investimento na graduação no IFPB por eixo tecnológico, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA

Eixo Tecnológico	Ano calendário 2017			
	GCA (A)	ME por Eixo Tecnológico (B)	Montante investido por Eixo Tecnológico (A x B)	Análise Vertical (%)
Gestão e Negócio	22.803,92	1.529	34.867.193	10,49%
Recursos Naturais		564	12.861.411	3,87%
Produção de Alimentos		155	3.534.608	1,06%
Informação e Comunicação		3.119	71.125.426	21,39%
Controle e Processos Industriais		1.496	34.114.664	10,26%
Desenvolvimento Educ. e Social		3.460	78.901.563	23,73%
Infraestrutura		2.506	57.146.624	17,19%
Produção Cultural e Design		762	17.376.587	5,23%
Ambiente e Saúde		438	9.988.117	3,00%
Segurança		551	12.564.960	3,78%
Totais			14.580	332.481.153
Eixo Tecnológico	Ano calendário 2018			
	GCA (A)	ME por Eixo Tecnológico (B)	Montante investido por Eixo Tecnológico (A x B)	Análise Vertical (%)
Gestão e Negócio	19.305,96	1.626	31.391.491	10,09%
Recursos Naturais		632	12.201.367	3,92%
Produção de Alimentos		169	3.262.707	1,05%
Informação e Comunicação		3.443	66.470.420	21,37%
Controle e Processos Industriais		1.501	28.978.246	9,31%
Desenvolvimento Educ. e Social		4.098	79.115.824	25,43%
Infraestrutura		2.785	53.767.099	17,28%
Produção Cultural e Design		838	16.178.394	5,20%
Ambiente e Saúde		476	9.189.637	2,95%
Segurança		546	10.541.054	3,39%
Totais			16.114	311.096.239
Eixo Tecnológico	Ano calendário 2019			
	GCA (A)	ME por Eixo Tecnológico (B)	Montante investido por Eixo Tecnológico (A x B)	Análise Vertical (%)
Gestão e Negócio	18.021,48	1.824	32.871.180	10,68%
Recursos Naturais		685	12.344.714	4,01%
Produção de Alimentos		184	3.315.952	1,08%
Informação e Comunicação		3.607	65.003.478	21,12%
Controle e Processos Industriais		1.538	27.717.036	9,01%
Desenvolvimento Educ. e Social		4.642	83.655.710	27,18%
Infraestrutura		2.599	46.837.827	15,22%
Produção Cultural e Design		927	16.705.912	5,43%
Ambiente e Saúde		563	10.146.093	3,30%
Segurança		509	9.172.933	2,98%
Totais			17.078	307.770.835

Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

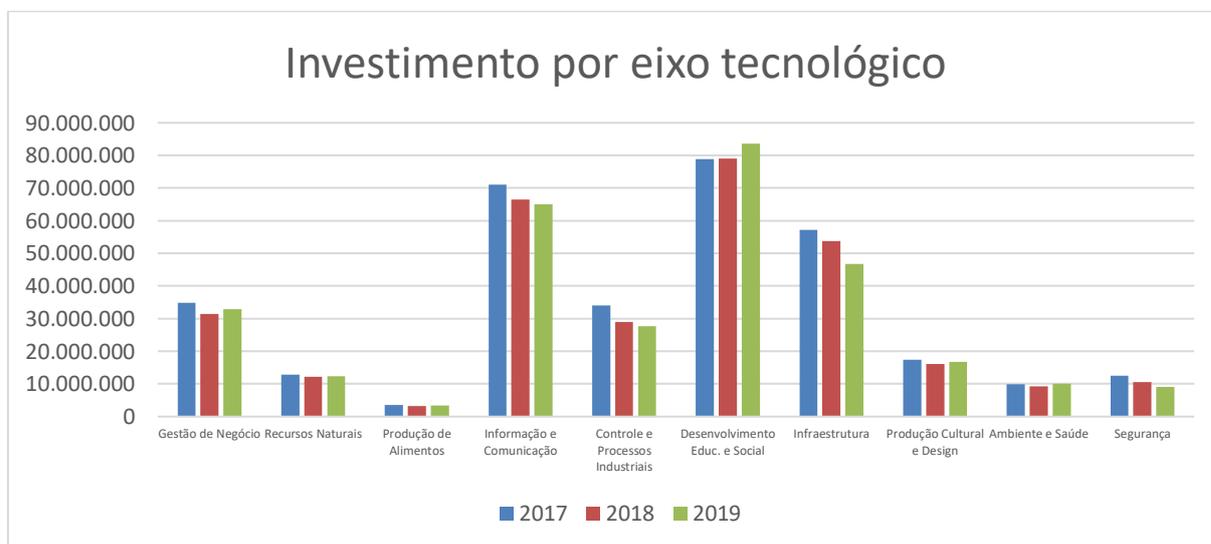
Tabela 15: Resumo dos investimentos na graduação por eixo tecnológico no IFPB, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA

Eixo Tecnológico	Ano calendário					
	2017	(%)	2018	(%)	2019	(%)
Gestão de Negócio	34.867.193	10,49%	31.391.491	10,09%	32.871.180	10,68%
Recursos Naturais	12.861.411	3,87%	12.201.367	3,92%	12.344.714	4,01%
Produção de Alimentos	3.534.608	1,06%	3.262.707	1,05%	3.315.952	1,08%
Informação e Comunicação	71.125.426	21,39%	66.470.420	21,37%	65.003.478	21,12%
Controle e Processos Industriais	34.114.664	10,26%	28.978.246	9,31%	27.717.036	9,01%
Desenvolvimento Educ. e Social	78.901.563	23,73%	79.115.824	25,43%	83.655.710	27,18%
Infraestrutura	57.146.624	17,19%	53.767.099	17,28%	46.837.827	15,22%
Produção Cultural e Design	17.376.587	5,23%	16.178.394	5,20%	16.705.912	5,43%
Ambiente e Saúde	9.988.117	3,00%	9.189.637	2,95%	10.146.093	3,30%
Segurança	12.564.960	3,78%	10.541.054	3,39%	9.172.933	2,98%
Totais	332.481.153	100%	311.096.239	100%	307.770.835	100%

Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

Os números da Tabela 15 evidenciam que o Desenvolvimento Educacional e social é o principal eixo tecnológico, com a representatividade nos investimentos dos cursos de graduação no IFPB de 23,73% em 2017, 25,43% em 2018 e 27,18% em 2019, ou seja, praticamente 1/3 dos investimentos aplicados na graduação foram para esse eixo tecnológico.

Gráfico 8: Investimento nos cursos de graduação no IFPB por eixo tecnológico, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA



Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

De acordo com os números do Gráfico 8, o comportamento dos investimentos no eixo tecnológico de Desenvolvimento Educacional e Social foi de estabilidade nos anos de 2017 e 2018, com pequeno crescimento em 2019. Já os outros dois eixos de maior expressão (Informação e Comunicação e Infraestrutura) tiveram decréscimos constantes no período, sugerindo uma tendência de queda.

4.11 MONTANTE INVESTIDO NA GRADUAÇÃO POR TURNO

Essa análise visa apurar o montante investido nos cursos de graduação por turno no IFPB no período de 2017 a 2019, com o objetivo de avaliar o esforço financeiro que a instituição fez, nesse período, para manter em funcionamento os cursos nos turnos escolares, de acordo com a Tabela 16.

Tabela 16: Investimento na graduação no IFPB por turno, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA

Turno	Ano calendário 2017			
	GCA (A)	ME por Eixo Tecnológico (B)	Montante investido por Eixo Tecnológico (A x B)	Análise Vertical (%)
Manhã	22.803,92	2.020	46.063.918	13,85%
Tarde		1.299	29.622.292	8,91%
Noite		4.785	109.116.757	32,82%
Integral		4.312	98.330.503	29,57%
Não se aplica		2.164	49.347.683	14,84%
Totais		14.580	332.481.153	100,00%
Turno	Ano calendário 2018			
	GCA (A)	ME por Eixo Tecnológico (B)	Montante investido por Eixo Tecnológico (A x B)	Análise Vertical (%)
Manhã	19.305,96	2.144	41.391.978	13,31%
Tarde		796	15.367.544	4,94%
Noite		5.347	103.228.968	33,18%
Integral		5.299	102.302.282	32,88%
Não se aplica		2.528	48.805.467	15,69%
Totais		16.114	311.096.239	100,00%
Turno	Ano calendário 2019			
	GCA (A)	ME por Eixo Tecnológico (B)	Montante investido por Eixo Tecnológico (A x B)	Análise Vertical (%)
Manhã	18.021,48	2.272	40.944.803	13,30%
Tarde		1.575	28.383.831	9,22%
Noite		5.092	91.765.376	29,82%
Integral		5.438	98.000.808	31,84%
Não se aplica		2.701	48.676.017	15,82%
Totais		17.078	307.770.835	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

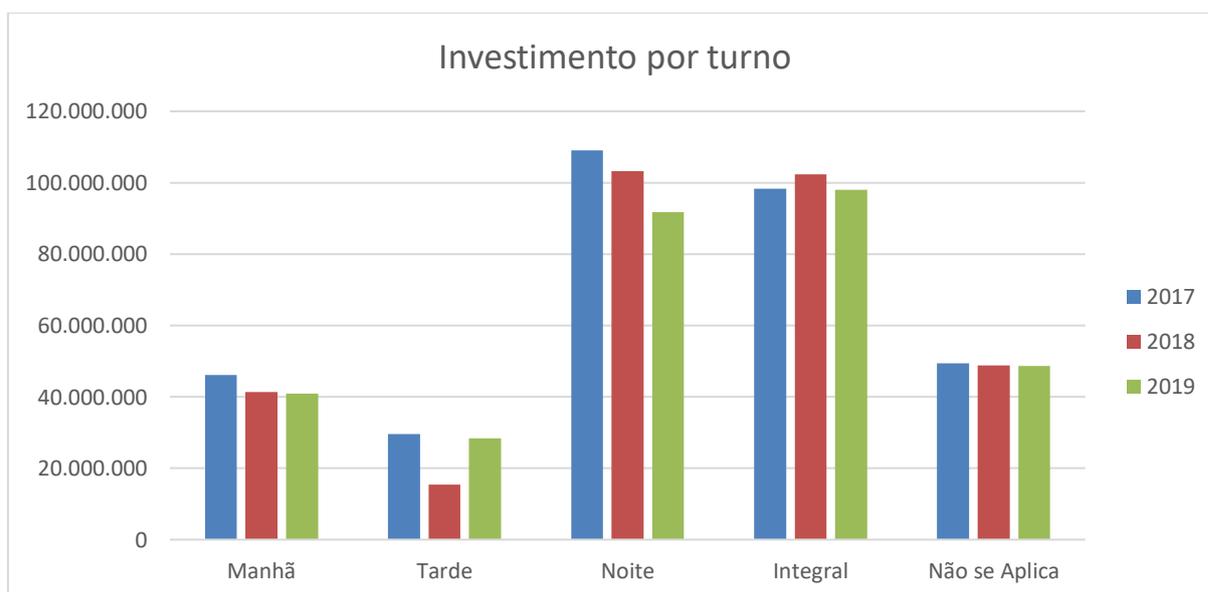
Tabela 17: Resumo dos investimentos na graduação no IFPB por turno, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA

Turno	Ano Calendário					
	2017	%	2018	%	2019	%
Manhã	46.063.918	13,85%	41.391.978	13,31%	40.944.803	13,30%
Tarde	29.622.292	8,91%	15.367.544	4,94%	28.383.831	9,22%
Noite	109.116.757	32,82%	103.228.968	33,18%	91.765.376	29,82%
Integral	98.330.503	29,57%	102.302.282	32,88%	98.000.808	31,84%
Não se aplica	49.347.683	14,84%	48.805.467	15,69%	48.676.017	15,82%
Totais	332.481.153	100,00%	311.096.239	100,00%	307.770.835	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

De acordo com a Tabela 17, os números apontam que os dois turnos que têm maiores representatividades nos investimentos nos cursos de graduação no IFPB são o noturno, com 32,82% em 2017, 33,18% em 2018 e 29,82% em 2019, e o integral com 29,57% em 2017, 32,88% em 2018 e 31,84% em 2019.

Gráfico 9: Investimento nos cursos de graduação no IFPB por turno, no período de 2017 a 2019, corrigido pelo IPCA



Fonte: Elaboração própria com base na PNP.

Os números do Gráfico 9 mostram uma tendência de queda nos cursos de graduação do turno da noite, com uma redução em 2019 de R\$ 17.351.381, em relação ao ano de 2017.

Quanto aos cursos de graduação de turno integral, seus investimentos tiveram pequenas oscilações no período, com um decréscimo em 2019, chegando a um patamar um pouco abaixo de 2017.

Os cursos matutinos sofreram sucessivas quedas no período; contudo, essa queda foi menos acentuada em 2019 em relação a 2018, sugerindo uma estabilidade nos seus investimentos nos dois últimos anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na ótica da administração pública gerencial, a publicidade é uma importante ferramenta de divulgação dos atos de gestão e de controle social, mas, para isso, as instituições devem divulgar, por intermédio de seus relatórios institucionais e por forma legal, os números relativos aos seus desempenhos gerenciais e o direcionamento de cada ação. Nesse contexto, dentro do sistema educacional superior público brasileiro, esta pesquisa teve como objetivo analisar a repercussão do montante investido no ensino superior no IFPB, a nível de graduação, no período de 2017 a 2019, com o desígnio de obter um diagnóstico que auxilie os gestores nas tomadas de decisões e a fortalecer os mecanismos de controle pela sociedade.

Durante a pesquisa, foram realizadas duas abordagens dos documentos institucionais: a primeira foi certificar-se da existência de informações sobre os valores investidos no ensino superior a nível de graduação nos relatórios institucionais (PNP, RG e RA). Após a constatação de que esses valores não estavam publicizados nesses relatórios, a pesquisa partiu para a segunda abordagem, que foi buscar, com base na literatura sobre o tema, método ou dados que permitissem levantar tais valores.

O método encontrado para levantar esses dados foi o do indicador de desempenho “Gasto Corrente por Aluno” (GCA), no qual se aplicou a propriedade matemática da razão e proporção dos termos “Gastos na Graduação” e “Matrículas Equivalentes dos Cursos de Graduação - bacharelado, tecnólogo e licenciatura”.

A maioria dos dados quantitativos, tanto financeiro como acadêmicos, foram extraídos da PNP, configurando-se esta a principal fonte de informação da pesquisa, enquanto os dados qualitativos foram embasados, na sua maioria, no RG e RA, muito embora este último com menor participação.

Após a coleta e a análise dos dados, constatou-se um decréscimo nos GG em função da queda dos GCA, que, por sua vez, foi influenciado pelo baixo crescimento dos investimentos totais (Gasto total) em relação aos números de matrículas equivalentes no período em estudo, pois, de acordo com o seu método de cálculo, para que houvesse crescimento nesse indicador, seria necessário que os investimentos crescessem proporcionalmente mais que as matrículas equivalentes, o que seria uma situação ótima em se tratando de financiamento da educação superior.

Na análise dos tipos de cursos de graduação no IFPB, observou-se que os cursos de tecnólogos foram os que mais receberam investimentos no triênio 2017 a

2019, porém esses valores vêm caindo nos dois últimos anos, enquanto os cursos de licenciatura tiveram o segundo maior investimento, com crescimento constante, os cursos de bacharelados, com o menor investimento entre os três, oscilaram para cima e para baixo nesse mesmo período.

Na análise dos cursos de bacharelado, o destaque maior foi o curso de Administração, em função da expansão das unidades no interior da Paraíba e seu baixo custo de implantação, tendo em vista prescindir de laboratórios de altos investimentos.

Para os cursos de tecnólogos, o destaque foi o curso Construção de Edifícios, entretanto, o investimento nesse curso vem caindo no período estudado, sugerindo a falta de interesse por parte da sociedade em função da crise econômica que afetou a construção civil no Estado nos últimos anos.

Analisando os cursos de licenciatura, o curso com mais evidência foi o de Letras – Língua portuguesa, com forte crescimento do investimento no período, principalmente no ano de 2019. Esse crescimento está relacionado à expansão dos cursos de EaD, a facilidade de implantação e manutenção desse curso e por força legal, que exige no mínimo 20% das vagas ofertadas no IFPB para os cursos de licenciatura, cumprindo, dessa forma, com a sua função social, considerando o desinteresse da iniciativa privada nessa área.

Quanto ao financiamento por eixo tecnológico, o maior destaque foi o Desenvolvimento Educacional e Social, dos quais todos são cursos de licenciatura, com uma representatividade de aproximadamente 27,18% no investimento na graduação do IFPB no último ano.

Quanto ao financiamento na graduação no IFPB por turno, pode-se destacar os cursos noturnos e integrais, com aproximadamente 60% do investimento no triênio. É importante registrar, no entanto, que não foi possível verificar, nos documentos analisados, os motivos desses números.

Este estudo foi delineado na perspectiva das políticas públicas, tendo o financiamento do ensino superior do IFPB como instrumento dessas políticas. O trabalho reforçou a necessidade da publicização dos valores investidos nos cursos de graduação no IFPB, uma vez que essas informações não estão divulgadas, de forma direta, nos documentos institucionais.

Dessa forma, na primeira abordagem, a pesquisa, através das análises nos documentos institucionais, constatou que não existe, nos referidos documentos,

informações distinguindo os valores investidos no ensino médio e superior no IFPB no triênio de 2017 a 2019, sugerindo inexistência de gestão e falta controle detalhado dos recursos disponíveis, já escassos, para o ensino superior desta instituição de ensino.

Contudo, em uma segunda abordagem nesses mesmos documentos, aplicando a metodologia do indicador dos gastos correntes por aluno (GCA), com intento de analisar a repercussão do montante dos investimentos no ensino superior do IFPB, de acordo com a literatura sobre o tema, os números apontaram um decréscimo nos investimentos no nível de ensino de graduação no IFPB no triênio de 2017 a 2019, potencializado por sucessivos contingenciamentos orçamentários realizados pelo governo federal nesse período e pelo congelamento dos gastos público instituído pela Emenda Constitucional n.º 95, conhecida como Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos.

Cabe destacar que boa parte dos investimentos nesse nível de ensino foram direcionados para os cursos de tecnólogo e o principal deles foi o curso Construção de Edifícios. No entanto, esse curso vem perdendo investimento nos últimos dois anos. Já os cursos de licenciatura vêm ganhado força, com destaque para o curso de Letras – Língua Portuguesa, apesar dos contingenciamentos dos recursos aplicados aos IFs e ao congelamento dos gastos públicos nesse período.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, algumas potencialidades e fragilidades foram encontradas. Dentre as potencialidades, pode-se destacar a facilidade de acesso aos documentos institucionais nos sítios das páginas oficiais do IFPB e o volume considerável de dados acadêmicos e financeiros oficiais e auditáveis encontrados na PNP, com os quais é possível realizar diversos estudos sobre os IFs. Na outra via, a fragilidade está no baixo aproveitamento das informações contidas na PNP pelos relatórios institucionais, desperdiçando informações úteis que poderiam ser divulgadas à comunidade acadêmica.

Com o intuito de trazer melhorias relacionadas ao estudo desenvolvido, registra-se como sugestões para o IFPB: i) que os relatórios institucionais aproveitem o potencial das informações contidas na PNP; ii) que os relatórios institucionais estejam se comunicando entre si, no que diz respeito às informações acadêmicas e financeiras disponíveis na PNP; iii) que seja criada uma comissão, com servidores da área de gestão de pessoas, do financeiro e da área acadêmica no IFPB com o objetivo de validar as informações contidas na PNP.

É imprescindível destacar que a pesquisa não tem a pretensão de esgotar nenhuma outra forma de análise sobre o investimento no nível de ensino de graduação no IFPB, mas é o passo inicial para novas investigações e aprofundamento sobre o tema, principalmente no que tange ao método utilizado para a apuração desses valores. Por fim, considera-se que o resultado final desta pesquisa foi satisfatório, atendendo aos objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito administrativo**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ímpetus, 2006.

AMARAL, N. C. **Estado e financiamento universitário no Brasil: o fundo público federal e instituições federais de ensino superior (1989 – 2001)**. 2002. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Taquaral, 2002

AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior: Estado X Mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2003.

BASTOS, C. R. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1981.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016.

BERGUE, S. T. **Modelo de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional**. Caxias do Sul, RS: Edus, 2011.

BOTTANI, N. The OECD international education indicators. Assessment in Education. **Assessment in Education**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 333-350, 1994

BRANDIM, M.R.L.; FELDMANN, M.G. **A reforma do ensino superior no contexto da reforma do Estado brasileiro**. São Paulo. PUC. 2015. Disponível em: <<http://revistas.udc.es/index.php/reipe/view/456/pdf326>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. **Decreto n. 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Decreto n. 5.378**, de 23 de fevereiro de 2005. Institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Decreto n. 7.313**, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Decreto n. 9.094**, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no país e institui a carta de serviços ao usuário. Brasília, DF, 2017

BRASIL. **Lei n. 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 1968.

BRASIL. **Lei n. 8.948**, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras Providências. Brasília, DF, 1994.

BRASIL. **Lei n. 8.948**, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF, 1994.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei n. 11.195**, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Lei n. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional e Tecnológica: Série Histórica e Avanços Institucionais 2003-2016**. Brasília, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133961-relatorio-memorial-setec-2003-2016-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Manual para Produção e Análise dos Indicadores da Rede Federal de EPCT – Acórdão TCU n. 2.267/2005 – Exercício 2014**. Brasília, 2015. Disponível: <http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_indicadores_gestao_exercicio2014.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 1.162** de 09 de novembro de 2018. Brasília, DF, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria/SETEC n.º 51** de 21 de novembro de 2018. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso: em: 10 de março de 2021.

BRASIL. **Portal do MEC**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em 06 agosto 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão n.º 1.043/2006** – Plenária. Processo TC 016.229/1999-1 – c/3 volume. Ata. 26/2006. Brasília, DF, Sessão 28/06/2006.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão n.º 2.267/2005** – Plenária. Relator: Benjamin Zymler. Processo TC 004.550/2004-0. Ata 49/2005. Brasília, DF, Sessão 13/12/2005.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão TCU n.º 408/2002**, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002.

CABERÉ, R. C. V. Comunicação Científica: reflexo sobre o conceito. **Informação & Sociedade: Estudo**. v. 25, n.3, p.89-104, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/issue/view/1619>>. Acesso em: 15 maio 2020.

CASTRO, R. **Uma Análise da Contribuição dos Controles Internos na Tomada de Decisão na Administração Pública**: um estudo nas instituições públicas federais de ensino no Paraná. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação superior**: conceitos, definições e classificações. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

CONSTIN, C. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FÁVERO, A.A.; BECHI, D. Financiamento da educação superior no limiar do século XXI: o caminho da mercantilização da educação. **Revista Inter. Educ. Sup**. Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 90–113, jan./abr. 2017.

FERREIRA, A. R. Modelo de excelência em gestão pública. **Revista eixo**, v. 1, n. 1 jan-jun 2012. Disponível em: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/16>>. Acesso em: 28 de jun. 2020.

FERRARI, E. L. **Contabilidade geral**: questão com gabarito comentado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, D. W. R.; FROTA, F. H. S. Gestão Pública por Resultados: uma análise crítica da experiência do Projeto de Reestruturação da Guarda Municipal de Defesa Civil de Fortaleza. **Conhecer: debate entre o público e privado**, v. 5, n. 15, p. 107-130, 1 set. 2015.

GRANJEIRO, J.W.; CASTRO, R. **Administração Pública**. Brasília: Vest-Com, 1996.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). **Resolução N° 144-CS**, de 11 de agosto de 2017. João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/resolucao-no-144.pdf/@@download/file/resolucao-no-144.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

JUND, S. **Administração, orçamento e contabilidade pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LÜDKE, M, ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MAGALHÃES, E. A. *et al.* Custo do ensino de Graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 637 – 666, maio/jun. de 2010.

MATIAS-PEREIRA. **Manual de gestão Pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARE. Avanços da reforma na Administração Pública (1995-1998). **Cadernos MARE**, n. 15, 1998. 129 p.

MARTINS, J. R.; NASCIMENTO, J. S.; OLIVEIRA JUNIOR, J.R. Capacidades de Implementação de Políticas Públicas no Município: o Papel dos Consórcios Intermunicipais de Saúde no Paraná. In: 2 Seminário de Pós-Graduação em Políticas Públicas – GT saúde e assistência social, 2018, Curitiba/ PR. **Papers...** Curitiba/ PR: Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <https://eventos.ufpr.br/SPPP/II_SPPP/paper/viewFile/1324/502>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MAXIMIANO, A. C. A.; NOHARA, I. P. **Gestão pública: abordagem integrada da Administração e do Direito Administrativo**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017

MEYER JUNIOR, V. Planejamento universitário: ato racional, político ou simbólico – um estudo de universidades brasileiras. **Revista Alcance**, v. 12, n. 7, p. 373-389, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/236/222>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília – DF. 2010.

PEREIRA, J.V. **O financiamento da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica**. 2018. 276 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Goiás, 2018.

PEREIRA, T. I; SILVA, L. F. S. C da. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: Expansão ou Democratização? **Revista Debates** – Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul./dez. 2010

REIS, C. Z. T. Modelo orçamentário da Universidades Federais: fatores motivadores e inibidores de sua institucionalização. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 10, n. 6, p.1081-1100, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273454951009>>. Acesso em: 14 out. 2020.

REIS, M. L. Reforma do Estado: da administração burocrática à administração pública gerencial: o caso brasileiro. **Revista Foco**, v.7 n.º 1, p. 104-137 jan./jul. 2014. Disponível em: <<https://doaj.org/article/530e6dcf0a18447baa77859f3e4fc75?gathStatticon=true>>. Acesso em: 22 jul. 2019

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, caso práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, C. A. T.; MORGAN, B. F.; COSTA, P. S. Desenvolvimento e aplicação de uma metodologia para cálculo do custo-aluno de instituições públicas de ensino superior: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública**, v. 38, n. 2, p. 243-260, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6536>>. Acesso: em 15 out. 2020.

SILVA, M. S. **Estudo da relação entre o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES e a produção científica indexada nas bases Web of Science e Scopus das maiores universidades federais do Nordeste**. 2019.115f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2019.

SOBRAL, F.; PECCI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson, 2013

SOUZA, T. E. R.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Periódicos científicos em biblioteconomia e ciência da informação: consulta por alunos concluintes do curso de biblioteconomia da UFPB. **Biblionline**, v. 1, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16299>>. Acesso em: 15 maio 2020.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: Visão e ação**. Paris: UNESCO, 1998.

APÊNDICE A - Recursos investidos no IFPB nos exercícios financeiros de 2017 a 2019, de acordo com o Acórdão n.º 2.267/2005-TCU/Plenário, Portaria n.º 1.162/MEC de 9 de novembro de 2018 e a Portaria n.º 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018.

Categoria	Subcategoria ²⁴	Fonte 1: Plataforma Nilo Peçanha (PNP) - Em R\$	Fonte 2: Relatório de Gestão (RG) - Em R\$	Fonte 3: Relatório de Autoavaliação (RA) – Em R\$	Observação
Valores investidos em todos os níveis de ensino.	Valores da Variável “Gastos totais”.	Em 2017: 504.561.075,00 Em 2018: 539.504.649,00 Em 2019: 573.891.561,00	Em 2017: 504.561.075,00 Em 2018: 539.504.649,00 Em 2019: 573.891.561,00	Não foi encontrada nenhuma análise sobre os valores relativos a gastos totais nesse período.	- Os valores da variável “gastos totais” do exercício de 2017 só foram mencionados no RG de 2018, no tópico “Relatório de Composição de Dimensões/Indicadores do IFPB”, p. 124 e p. 128. - Em 2018, o RA fez apenas uma análise sobre a percepção dos discentes, docentes e técnico-administrativos sobre a forma de distribuição e a execução orçamentária do campus a que pertencem, p. 38. - Não foi possível verificar os dados do RA de 2019, pois ele não estava publicado no sítio do IFPB.
Valores Investidos no nível de ensino Superior.	Valores da variável “Gastos totais na graduação”.	Não foram encontrados valores referentes ao período estudado.	Não foram encontrados valores no período estudado	Não foi encontrada nenhuma análise sobre os valores relativos a Gastos totais no nível de ensino de graduação.	- Devido à forma como os relatórios da execução orçamentária estão disponibilizados na PNP, no RG e no RA do IFPB, não foi possível visualizar, separadamente, os valores investidos no nível de ensino superior de graduação ²⁵ .
Valores investidos no ensino médio.	Valores da Variável “Gastos totais no ensino	Não foram encontrados valores referentes	Não foram encontrados valores no período estudado	Não foi encontrada nenhuma análise sobre os valores relativos aos	- Devido à forma como os relatórios da execução orçamentária está disponibilizada na PNP, no RG e no RA do IFPB, não foi possível

²⁴ De acordo com Anexo I da Portaria nº 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018, “a definições de gastos são específicas para cálculos dos indicadores de gestão da Rede Federal. Trata-se dos **gastos liquidados** no ano de exercício. São extraídos do SIAFI, por meio do sistema do Tesouro Gerencial” (Brasil, 2018) (grifo nosso).

²⁵ Para essa pesquisa foi considerado como ensino superior no IFPB os cursos de tecnólogo, bacharelado e licenciatura, excluindo, dessa forma, os cursos de Pós-Graduação.

	técnico de nível médio”	ao período estudado		gastos totais no ensino técnico do nível médio.	distinguir os valores investidos no ensino médio.
Valores investidos em obras, edificações e equipamentos.	Valores da Variável “Gastos com Investimentos e Inversão Financeira”.	Em 2017: 20.225.077 Em 2018: 24.783.317 Em 2019: 16.374.383	Em 2017: 20.225.077 Em 2018: 24.783.317 Em 2019: 16.374.383	Não foi encontrada nenhuma análise sobre os valores relativos a Gastos com investimentos e inversão financeira.	- Os valores da variável “gastos com investimentos e inversão financeira” do exercício de 2017 só foram mencionados no RG de 2018, no tópico “Relatório de Composição de Dimensões/Indicadores do IFPB”, p. 128. - Os valores referentes a inversão financeira foram 0 (zero) nos três exercícios estudado.
Valores investidos em pessoal não ativo.	Valores da Variável “Gastos com Inativos e Pensionistas”.	Em 2017: 58.695.749 Em 2018: 65.212.902 Em 2019: 79.954.219	Não foram encontrados valores no período estudado	Não foi encontrada nenhuma análise sobre os valores relativos a Gastos com Inativos e Pensionistas.	- A forma como os relatórios da execução orçamentária está disponibilizada no RG do IFPB, não foi possível distinguir os valores investidos em pessoal na variável de “gastos com Inativos e Pensionistas”.
Valores reconhecidos como dívida com decisão transitada e julgado contra o IFPB	Valores da Variável “Precatório”	Em 2019: 79.954.219	Não foram encontrados valores no período estudado	Não foi encontrada nenhuma análise sobre os valores relativos a Gastos com precatório	- Foi a partir da publicação da Portaria n.º 51/MEC/SETEC, de novembro de 2018, que a variável “precatório” foi incluída na base de cálculo de apuração dos valores da variável “gastos corrente por aluno”. Portanto, não foram encontrados na PNP os valores de variável “precatório” no exercício de 2017 e 2018. - A forma como os relatórios da execução orçamentária está disponibilizada no RG do IFPB, não foi possível distinguir os valores da variável “precatório”.
Valores investidos na manutenção do ensino e alunos na Instituição.	Valores da Variável “gastos correntes” => Gasto Corrente = gastos totais – inativos e	Em 2017: 425.640.249 Em 2018: 449.508.430	Não foram encontrados valores no período estudado	Não foi encontrada nenhuma análise sobre os valores relativos a gastos correntes.	- Os valores relativos a “precatório” só foram incluídos na dedução da base de cálculo da variável “gastos correntes” no exercício financeiro de 2019, após a publicação da portaria n.º 51/MEC/SETEC, de 21 de novembro de 2018.

	pensionistas – investimentos – Ação 20RW – Ação 8252 – Precatório.	Em 2019: 475.025.435			- A forma como está apresentada a memória de cálculo na PNP sugere que os valores das ações 20RW e 8252 são "0" (zero).
--	--	-------------------------	--	--	---

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, Relatório de Gestão e Relatório de Autoavaliação do IFPB dos exercícios 2017, 2018 e 2019, com base no banco de dados do sistema tesouro gerencial.

APÊNDICE B - Dados acadêmicos do IFPB nos anos letivos de 2017 a 2019, de acordo com o Acórdão 2.267/2005-TCU/Plenário, Portaria n.º 1.162/MEC de 9 de novembro de 2018 e a Portaria n.º 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018.

Categories	Subcategoria	Fonte 1: Plataforma Nilo Peçanha (PNP) - Em R\$	Fonte 2: Relatório de Gestão (RG) - Em R\$	Fonte 3: Relatório de Autoavaliação (RA) – Em R\$	Observação
Número de alunos matriculados em todos os níveis de ensino.	Alunos matriculados/ matrículas atendidas	Em 2017: 25.780 Em 2018: 27.831 Em 2019: 31.253	Essa fonte de pesquisa, ao analisar o indicador alunos matriculados/ matrículas atendidas, se reporta à PNP.	Não foram encontrados dados referentes a aluno matriculados, pois a forma como foi apresentada a análise dos indicadores acadêmicos não permitiu aferir tais números no período estudado.	- É possível encontrar, nos relatórios institucionais, a terminologia "matrículas atendidas" com o mesmo sentido de "alunos matriculados". - Apesar do RA avaliar o ciclo de 2015-2017, não trouxe nenhum dado acadêmico de 2017. - Foram anexadas duas planilhas no RG de 2017 com dados de alunos matriculados, porém não indicava a fonte, por isso, não foi considerado para esse estudo.
Número de alunos matriculados no nível de ensino superior.	Alunos matriculados/ matrículas atendidas nos cursos de graduação.	Em 2017: 11.335 Em 2018: 12.582 Em 2019: 13.676	Não foram encontrados dados no período estudado	Não foram encontrados dados referentes a aluno matriculados nos cursos de graduação, pois a forma como foi apresentada a análise dos indicadores acadêmicos não permitiu aferir tais números no período estudado.	- Apesar do RA avaliar o ciclo de 2015-2017, não trouxe nenhum dado acadêmico de 2017.
Número de matrículas-equivalentes em	Matrículas-equivalentes.	Em 2017: 25.195 Em 2018: 30.910	Não foram encontrados	Não foram encontrados dados referentes a	- A partir do exercício de 2017, com a implantação do PNP, os cálculos dos indicadores acadêmicos passaram a

todos os níveis de ensino.		Em 2019: 33.952	dados no período estudado	matrículas-equivalentes, pois a forma como foi apresentada a análise dos indicadores acadêmicos não permitiu aferir tais números no período estudado	utilizar o conceito de matrículas equivalentes (IFPB/Relatório de Gestão, 2017). - Apesar do RA avaliar o ciclo de 2015-2017, não trouxe nenhum dado acadêmico de 2017.
Número de matrículas-equivalentes nos cursos de nível superior.	Matrículas-equivalentes nos cursos de graduação.	Em 2017: 14.580 Em 2018: 16.114 Em 2019: 17.078	Não foram encontrados dados no período estudado	Não foram encontrados dados referentes a matrículas-equivalentes nos cursos de graduação, pois a forma como foi apresentado a análise dos indicadores acadêmicos não permitiu aferir tais números no período estudado	- Apesar do RA avaliar o ciclo de 2015-2017, não trouxe nenhum dado acadêmico de 2017.
Fator de Equiparação de Carga horária para cada Curso (FECHC)	Fator de equiparação de carga horária de cada curso de graduação.	Está disponibilizado no Apêndice C uma tabela com o fator de equiparação de Carga horária de todos os cursos de graduação do IFPB no período de 2017 a 2019, extraídos com base nos bancos de dados do PNP.	Não foram encontrados dados no período estudado	Não foram encontrados dados referentes ao fator de equiparação de carga horária de cada curso de graduação, no período estudado.	- A definição e a metodologia de cálculo do FECHC estão descritas na Portaria n.º 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018 e seus anexos. - Apesar do RA avaliar o ciclo de 2015-2017, não trouxe nenhum dado acadêmico de 2017.

Fator do Esforço do Curso (FEC) nos cursos do ensino superior.	Fator do esforço dos cursos de graduação.	Dados não encontrados no período estudado	Não foram encontrados dados no período estudado	Dados não encontrados no período estudado	- A definição e os números referentes ao FEC estão apontados no Anexo II da Portaria n.º 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018.
Carga horária mínima regulamentada (CHMR)	Carga horária mínima regulamentada dos cursos de graduação	Dados não encontrados no período estudado	Não foram encontrados dados no período estudado	Dados não encontrados no período estudado	- A definição e a metodologia dos cálculos do CHMR estão mencionadas na Portaria n.º 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018.

Fonte: Os dados acadêmicos da Plataforma Nilo Peçanha, Relatório de Gestão e Relatório de Autoavaliação do IFPB dos exercícios 2017,2018 e 2019, foram alimentados com base no banco de dados do sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC.

APÊNDICE C – Método de cálculo das matrículas-equivalentes do IFPB nos anos letivos de 2017 a 2019, de acordo com o Acórdão n.º 2.267/2005-TCU/Plenário, Portaria n.º 1.162/MEC de 9 de novembro de 2018 e a Portaria n.º 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018.

Cálculo do Fator de equiparação da Carga horária do curso - FECHC 2017					Cálculo das Matrículas-equivalentes - ME 2017			
Nome do Curso	Carga Horária do Curso	Duração do Curso em Anos	Carga horária Mínima Regulamentada	Fator de Equiparação de carga horária para os cursos	Alunos Matriculados - AM	Fator de Esforços de Curso - FEC	Fator de Equiparação de carga horária para os cursos	Alunos - Equivalentes ou Matrículas-equivalentes- ME
	FHC	DCA	FCMR = FEC/DCA	FECH = FCMR/800	AM	FEC	FECH	ME = AMxFECxFECH
Administração	3.000	4	750	0,94	1.097	1,00	0,94	1028
Agroecologia	3.600	5	720	0,90	306	1,20	0,90	330
Alimentos	2.400	2	1.200	1,50	86	1,20	1,50	155
Análise de Desenvolvimento de Sistema	2.000	2	1.000	1,25	576	1,25	1,25	900
Automação Industrial	2.400	2	1.200	1,50	483	1,23	1,50	891
Ciências Biológicas	2.400	3	800	1,00	145	1,10	1,00	160
Construção de Edifícios	2.400	2	1.200	1,50	1.017	1,20	1,50	1831
Design de Interiores	1.600	2	800	1,00	283	1,15	1,00	325
Design Gráfico	1.600	2	800	1,00	380	1,15	1,00	437
Educação Física	2.400	3	800	1,00	122	1,08	1,00	132
Engenharia Civil	3.600	5	720	0,90	328	1,14	0,90	337
Engenharia da Computação	3.600	5	720	0,90	155	1,06	0,90	148
Engenharia de Controle e Automação	3.600	5	720	0,90	0	1,19	0,90	0

Engenharia Eletrônica	3.600	5	720	0,90	579	1,16	0,90	604
Engenharia Mecânica	3.600	5	720	0,90	0	1,16	0,90	0
Física	2.400	3	800	1,00	209	1,10	1,00	230
Geoprocessamento	2.000	2	1.000	1,25	217	1,25	1,25	339
Gestão Ambiental	1.600	2	800	1,00	398	1,10	1,00	438
Gestão Comercial	1.600	2	800	1,00	265	1,00	1,00	265
Informática	2.400	3	800	1,00	233	1,08	1,00	252
Letras - Língua Portuguesa	2.400	3	800	1,00	1.559	1,08	1,00	1684
Matemática	2.400	3	800	1,00	543	1,08	1,00	586
Medicina Veterinária	4.000	5	800	1,00	193	1,21	1,00	234
Negócios Imobiliários	1.600	2	800	1,00	236	1,00	1,00	236
Química	2.400	3	800	1,00	379	1,10	1,00	417
Redes de Computadores	2.000	2	1.000	1,25	329	1,25	1,25	514
Segurança no Trabalho	2.400	2	1.200	1,50	331	1,11	1,50	551
Sistema de Telecomunicação	2.400	2	1.200	1,50	253	1,25	1,50	474
Sistema para Internet	2.000	2	1.000	1,25	335	1,25	1,25	523
Telemática	2.400	2	1.200	1,50	298	1,25	1,50	559
Total do AM					11.335	Total do ME		14.580

Fonte: Elaboração própria com base nos bancos de dados da PNP, Portaria n.º 1.162/MEC, de 9 de novembro de 2018 e Portaria n.º 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018

Cálculo do Fator de equiparação da Carga horária do curso - FECHC 2018					Cálculo das matrículas-equivalentes - ME 2018			
Nome do Curso	Carga Horária do Curso	Duração do Curso em Anos	Carga horária Mínima Regulamentada	Fator de Equiparação de carga horária para os cursos	Alunos Matriculados - AM	Fator de Esforços de Curso - FEC	Fator de Equiparação de carga horária para os cursos	Alunos - Equivalentes ou Matrículas-equivalentes- ME
	FHC	DCA	FCMR = FEC/DCA	FECH = FCMR/800	AM	FEC	FECH	ME = AMxFECxFECH
Administração	3.000	4	750	0,94	1.152	1,00	0,94	1080
Agroecologia	3.600	5	720	0,90	342	1,20	0,90	369
Alimentos	2.400	2	1.200	1,50	94	1,20	1,50	169
Análise de Desenvolvimento de Sistema	2.000	2	1.000	1,25	519	1,25	1,25	811
Automação Industrial	2.400	2	1.200	1,50	501	1,23	1,50	924
Ciências Biológicas	2.400	3	800	1,00	220	1,10	1,00	242
Construção de Edifícios	2.400	2	1.200	1,50	1.130	1,20	1,50	2034
Design de Interiores	1.600	2	800	1,00	298	1,15	1,00	343
Design Gráfico	1.600	2	800	1,00	431	1,15	1,00	496
Educação Física	2.400	3	800	1,00	159	1,08	1,00	172
Engenharia Civil	3.600	5	720	0,90	375	1,14	0,90	385
Engenharia da Computação	3.600	5	720	0,90	252	1,06	0,90	240
Engenharia de Controle e Automação	3.600	5	720	0,90	0	1,19	0,90	0
Engenharia Eletrônica	3.600	5	720	0,90	552	1,16	0,90	576
Engenharia Mecânica	3.600	5	720	0,90	0	1,16	0,90	0

Física	2.400	3	800	1,00	282	1,10	1,00	310
Geoprocessamento	2.000	2	1.000	1,25	234	1,25	1,25	366
Gestão Ambiental	1.600	2	800	1,00	433	1,10	1,00	476
Gestão Comercial	1.600	2	800	1,00	280	1,00	1,00	280
Informática	2.400	3	800	1,00	227	1,08	1,00	245
Letras - Língua Portuguesa	2.400	3	800	1,00	1.913	1,08	1,00	2066
Matemática	2.400	3	800	1,00	604	1,08	1,00	652
Medicina Veterinária	4.000	5	800	1,00	217	1,21	1,00	263
Negócios Imobiliários	1.600	2	800	1,00	266	1,00	1,00	266
Química	2.400	3	800	1,00	373	1,10	1,00	410
Redes de Computadores	2.000	2	1.000	1,25	363	1,25	1,25	567
Segurança no Trabalho	2.400	2	1.200	1,50	328	1,11	1,50	546
Sistema de Telecomunicação	2.400	2	1.200	1,50	299	1,25	1,50	561
Sistema para Internet	2.000	2	1.000	1,25	383	1,25	1,25	598
Telemática	2.400	2	1.200	1,50	355	1,25	1,50	666
Total do AM					12.582	Total do ME		16.114

Fonte: Elaboração própria com base nos bancos de dados da PNP, Portaria n.º 1.162/MEC, de 9 de novembro de 2018 e Portaria n.º 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018

Cálculo do fator de equiparação da carga horária do curso - FECHC 2019					Cálculo das matrículas-equivalentes - ME 2019			
Nome do Curso	Carga Horária do Curso	Duração do Curso em Anos	Carga horária Mínima Regulamentada	Fator de Equiparação de carga horária para os cursos	Alunos Matriculados - AM	Fator de Esforços de Curso - FEC	Fator de Equiparação de carga horária para os cursos	Matrículas-equivalentes-ME
	FHC	DCA	FCMR = FEC/DCA	FECH = FCMR/800	AM	FEC	FECH	ME = AMxFECxFECH
Administração	3.000	4	750	0,94	1.265	1,00	0,94	1186
Agroecologia	3.600	5	720	0,90	403	1,20	0,90	435
Alimentos	2.400	2	1.200	1,50	102	1,20	1,50	184
Análise de Desenvolvimento de Sistema	2.000	2	1.000	1,25	509	1,25	1,25	795
Automação Industrial	2.400	2	1.200	1,50	452	1,23	1,50	834
Ciências Biológicas	2.400	3	800	1,00	385	1,10	1,00	424
Construção de Edifícios	2.400	2	1.200	1,50	911	1,20	1,50	1640
Design de Interiores	1.600	2	800	1,00	331	1,15	1,00	381
Design Gráfico	1.600	2	800	1,00	475	1,15	1,00	546
Educação Física	2.400	3	800	1,00	158	1,08	1,00	171
Engenharia Civil	3.600	5	720	0,90	583	1,14	0,90	598
Engenharia da Computação	3.600	5	720	0,90	339	1,06	0,90	323
Engenharia de Controle e Automação	3.600	5	720	0,90	81	1,19	0,90	87
Engenharia Eletrônica	3.600	5	720	0,90	550	1,16	0,90	574

Engenharia Mecânica	3.600	5	720	0,90	41	1,16	0,90	43
Física	2.400	3	800	1,00	304	1,10	1,00	334
Geoprocessamento	2.000	2	1.000	1,25	231	1,25	1,25	361
Gestão Ambiental	1.600	2	800	1,00	512	1,10	1,00	563
Gestão Comercial	1.600	2	800	1,00	340	1,00	1,00	340
Informática	2.400	3	800	1,00	92	1,08	1,00	99
Letras - Língua Portuguesa	2.400	3	800	1,00	2.214	1,08	1,00	2391
Matemática	2.400	3	800	1,00	715	1,08	1,00	772
Medicina Veterinária	4.000	5	800	1,00	206	1,21	1,00	249
Negócios Imobiliários	1.600	2	800	1,00	298	1,00	1,00	298
Química	2.400	3	800	1,00	410	1,10	1,00	451
Redes de Computadores	2.000	2	1.000	1,25	389	1,25	1,25	608
Segurança no Trabalho	2.400	2	1.200	1,50	306	1,11	1,50	509
Sistema de Telecomunicação	2.400	2	1.200	1,50	343	1,25	1,50	643
Sistema para Internet	2.000	2	1.000	1,25	425	1,25	1,25	664
Telemática	2.400	2	1.200	1,50	306	1,25	1,50	574
Total do AM					13.676	Total do ME		17.078

Fonte: Elaboração Própria com base nos bancos de dados da PNP, Portaria n.º 1.162/MEC, de 9 de novembro de 2018 e Portaria n.º 51/MEC/SETEC de 21 de novembro de 2018.